

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	6
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	14
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	15
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	19
Balanço Patrimonial Passivo	20
Demonstração do Resultado	21
Demonstração do Resultado Abrangente	23
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	24

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	26
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
Notas Explicativas	35

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	77
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	81
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	82

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	99.152.654
Preferenciais	97.402.193
Total	196.554.847
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	3.169.156
Total	3.169.156

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	27/06/2017	Juros sobre Capital Próprio	10/08/2017	Ordinária		0,55400
Reunião do Conselho de Administração	27/06/2017	Juros sobre Capital Próprio	10/08/2017	Preferencial		0,55400
Reunião do Conselho de Administração	22/12/2017	Juros sobre Capital Próprio	09/02/2018	Ordinária		0,53200
Reunião do Conselho de Administração	22/12/2017	Juros sobre Capital Próprio	09/02/2018	Preferencial		0,53200

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	28.760.537	25.669.523	23.963.377
1.01	Ativo Circulante	22.524.244	19.436.743	17.519.943
1.01.01	Disponibilidades	18.176	8.777	46.655
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.762.989	5.777.686	5.776.592
1.01.02.01	Aplicações no mercado aberto	4.713.838	4.657.643	4.433.494
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.481.125	712.630	397.353
1.01.02.03	Aplicações em moedas estrangeiras	568.026	407.413	945.745
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	5.776.149	5.809.211	3.769.019
1.01.03.01	Carteira própria	5.193.047	4.747.274	3.103.643
1.01.03.02	Vinculados a compromisso de recompra	90.742	5.807	4.361
1.01.03.03	Vinculados a prestação de garantias	264.903	82.313	54.211
1.01.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	227.457	973.817	606.804
1.01.04	Relações Interfinanceiras	0	1.515	210
1.01.04.01	Pagamentos e recebimentos a liquidar	0	0	84
1.01.04.03	Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central	0	1.515	126
1.01.06	Operações de Crédito	6.399.464	5.981.798	6.315.378
1.01.06.01	Setor público	82.364	66.477	63.142
1.01.06.02	Setor privado	6.525.513	6.080.097	6.413.158
1.01.06.03	Vinculadas às cessões	0	0	5.352
1.01.06.04	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-208.413	-164.776	-166.274
1.01.08	Outros Créditos	3.212.440	1.733.573	1.572.533
1.01.08.01	Carteira de câmbio	2.001.490	566.651	694.218
1.01.08.02	Rendas a receber	14.299	15.502	9.366
1.01.08.03	Negociação e intermediação de valores	89.553	50.882	220.823
1.01.08.04	Creditos por avais e fianças honrados	613	30.328	23.746
1.01.08.05	Diversos	1.190.107	1.127.640	649.705
1.01.08.06	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-83.622	-57.430	-25.325
1.01.09	Outros Valores e Bens	355.026	124.183	39.556

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.01.09.01	Despesas antecipadas	6.039	10.280	2.774
1.01.09.02	Outros valores e bens	348.987	113.903	36.782
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.990.881	6.000.391	6.227.994
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	0	0	2.941
1.02.01.01	Aplicações em depósitos interfinanceiros	0	0	2.941
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	1.730.531	1.708.323	1.626.439
1.02.02.01	Carteira própria	966.482	1.036.333	705.334
1.02.02.02	Vinculados a compromisso de recompra	165.379	0	0
1.02.02.03	Vinculados a prestação de garantias	584.432	637.505	668.100
1.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	14.238	34.485	253.005
1.02.05	Operações de Crédito	4.072.074	4.170.671	4.303.774
1.02.05.01	Setor público	0	0	36.000
1.02.05.02	Setor privado	4.171.757	4.321.264	4.356.506
1.02.05.04	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-99.683	-150.593	-88.732
1.02.07	Outros Créditos	186.616	118.667	288.735
1.02.07.01	Carteira de câmbio	0	10.246	0
1.02.07.02	Rendas a receber	5.662	1.779	1.500
1.02.07.04	Diversos	184.164	164.094	345.747
1.02.07.05	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-3.210	-57.452	-58.512
1.02.08	Outros Valores e Bens	1.660	2.730	6.105
1.02.08.01	Despesas antecipadas	1.660	2.730	6.105
1.03	Ativo Permanente	245.412	232.389	215.440
1.03.01	Investimentos	196.837	185.351	171.185
1.03.01.02	Participações em Controladas	196.223	184.737	170.571
1.03.01.04	Outros Investimentos	614	614	614
1.03.02	Imobilizado de Uso	27.025	30.902	29.770
1.03.02.01	Outras imobilizações de uso	52.076	50.740	44.927
1.03.02.02	Depreciações acumuladas	-25.051	-19.838	-15.157

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.03.04	Intangível	21.550	16.136	14.485
1.03.04.01	Ativos intangíveis	48.416	37.462	31.255
1.03.04.02	Amortizações acumuladas	-26.866	-21.326	-16.770

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	28.760.537	25.669.523	23.963.377
2.01	Passivo Circulante	19.085.375	15.379.163	14.917.993
2.01.01	Depósitos	5.831.360	4.790.963	4.298.289
2.01.01.01	Depósitos a vista	40.015	42.615	70.312
2.01.01.02	Depósitos interfinanceiros	681.429	472.809	318.605
2.01.01.03	Depósitos a prazo	5.109.916	4.275.539	3.909.372
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.432.166	5.799	67.198
2.01.02.01	Carteira própria	259.112	5.799	4.351
2.01.02.02	Carteira de terceiros	700.084	0	62.847
2.01.02.03	Carteira de livre movimentação	472.970	0	0
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.407.245	3.289.646	3.416.371
2.01.03.01	Obrigações p/ títulos e valores mobiliários no exterior	0	0	138.218
2.01.03.02	Rec. de letras imob, hip, cred e similar	4.397.501	3.272.218	3.276.873
2.01.03.03	Certificados de operações estruturadas	9.744	17.428	1.280
2.01.04	Relações Interfinanceiras	0	127	0
2.01.05	Relações Interdependências	28.447	11.763	18.530
2.01.05.01	Recursos em trânsito de terceiros	28.447	11.763	18.530
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	3.120.169	4.036.809	3.588.516
2.01.06.02	Empréstimos no exterior	3.120.169	4.036.809	3.588.516
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	772.371	943.101	985.412
2.01.07.01	BNDES	395.093	482.552	588.882
2.01.07.02	FINAME	172.095	208.239	271.370
2.01.07.03	Outras instituições	205.183	252.310	125.160
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	1.227.969	606.361	667.628
2.01.09	Outras Obrigações	2.265.648	1.694.594	1.876.049
2.01.09.01	Carteira de câmbio	1.585.177	207.335	579.453
2.01.09.02	Instrumentos financeiros derivativos	183.696	813.863	752.762
2.01.09.03	Sociais e estatutárias	88.421	82.186	63.469

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.01.09.04	Fiscais e previdenciárias	233.400	373.498	183.289
2.01.09.05	Negociação e intermediação de valores	38.778	32.605	141.210
2.01.09.06	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.900	3.201	3.346
2.01.09.07	Dívidas subordinadas	3.894	65.714	60.292
2.01.09.08	Diversas	130.382	116.192	92.228
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	6.358.195	7.363.068	6.506.151
2.02.01	Depósitos	218.981	549.392	296.942
2.02.01.01	Depósitos a prazo	218.981	543.844	296.347
2.02.01.02	Depósitos interfinanceiros	0	5.548	595
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.589.488	2.868.196	1.640.821
2.02.03.01	Rec. de letras imob, hip, cred e similar	3.589.488	2.868.094	1.640.821
2.02.03.03	Certificados de operações estruturadas	0	102	0
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	165.459	31	783.027
2.02.06.01	Empréstimos no exterior	165.459	31	783.027
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	818.963	1.161.748	1.214.562
2.02.07.01	BNDES	426.931	668.901	581.803
2.02.07.02	FINAME	376.974	475.301	614.809
2.02.07.03	Outras instituições	15.058	17.546	17.950
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	287.508	1.104.606	705.062
2.02.09	Outras Obrigações	1.277.796	1.679.095	1.865.737
2.02.09.01	Carteira de câmbio	0	10.246	0
2.02.09.02	Instrumentos financeiros derivativos	44.226	90.560	70.045
2.02.09.03	Sociais e estatutárias	315	315	315
2.02.09.04	Fiscais e previdenciárias	40.116	26.721	62.833
2.02.09.05	Dívidas subordinadas	1.172.239	1.499.012	1.627.433
2.02.09.06	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	0	19.808	24.429
2.02.09.07	Diversas	20.900	32.433	80.682
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	32.635	34.074	29.574

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.05	Patrimônio Líquido	3.284.332	2.893.218	2.509.659
2.05.01	Capital Social Realizado	2.291.065	2.121.765	1.980.139
2.05.01.01	De domiciliados no País	380.980	328.711	323.916
2.05.01.02	De domiciliados no exterior	1.910.085	1.793.054	1.656.223
2.05.02	Reservas de Capital	35.196	32.422	27.013
2.05.04	Reservas de Lucro	960.581	738.789	513.465
2.05.04.01	Legal	163.469	142.532	122.204
2.05.04.02	Estatutária	833.907	642.307	444.583
2.05.04.02.01	Equalização de dividendos	778.907	587.307	389.583
2.05.04.02.02	Recompra de ações da própria cia	55.000	55.000	55.000
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-36.795	-46.050	-53.322
2.05.04.07.01	Ações em tesouraria	-36.795	-46.050	-53.322
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.510	242	-10.958

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.500.739	2.004.683	3.734.237
3.01.01	Operações de crédito	1.354.219	1.385.749	1.515.386
3.01.02	Resultado de oper. c/ tits. e vls. mob.	1.221.267	1.279.744	1.093.639
3.01.03	Resultado c/ instr. financ. derivativos	-140.544	-699.929	1.149.716
3.01.04	Resultado de oper. de câmbio	65.774	32.536	-34.350
3.01.06	Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	23	6.583	9.846
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.860.979	-1.000.270	-3.667.285
3.02.01	Operações de captação no mercado	-1.322.039	-1.139.900	-1.611.014
3.02.02	Operações de emprest. e repasses	-371.194	348.457	-1.834.267
3.02.03	Prov p/ cred liq duvidosa	-163.793	-209.701	-218.593
3.02.04	Prov p/ cred liq duvidosa vc sobre cambio	-283	1.082	-107
3.02.05	Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-3.670	-208	-3.304
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	639.760	1.004.413	66.952
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-46.723	-287.132	204.613
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	306.906	256.563	199.086
3.04.02	Despesas de Pessoal	-201.867	-191.614	-174.540
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-106.325	-104.387	-93.543
3.04.04	Despesas Tributárias	-70.570	-58.061	-37.097
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	29.897	19.178	339.275
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-16.250	-222.977	-41.380
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	11.486	14.166	12.812
3.05	Resultado Operacional	593.037	717.281	271.565
3.06	Resultado Não Operacional	-36.896	-12.235	-6.230
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	556.141	705.046	265.335
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-12.509	-191.057	206.773
3.08.01	Provisão p/ imposto de renda	36.554	-68.154	-21.731
3.08.02	Provisão p/ contribuição social	7.807	-78.065	-53.409
3.08.03	Ativo fiscal diferido	-56.870	-44.838	281.913

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-124.899	-107.432	-101.197
3.10.01	Participações	-124.899	-107.432	-101.197
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	418.733	406.557	370.911
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	2,16527	2,28605	2,32162

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	418.733	406.557	370.911
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.866	11.200	-7.310
4.03	Resultado Abrangente do Período	413.867	417.757	363.601

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.574.029	-2.166.947	-120.939
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	604.679	660.365	619.693
6.01.01.01	Lucro Líquido	418.733	406.557	370.911
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	11.008	9.424	8.604
6.01.01.03	Resultado de participações em controladas	-11.486	-14.166	-12.812
6.01.01.04	Resultado na alienação de bens não de uso	25.808	2.387	6.346
6.01.01.05	Provisão para desvalorização de bens não de uso	12.121	9.956	-2.437
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	164.076	208.619	218.700
6.01.01.07	Provisão para passivos contingentes	-12.821	26.393	35.377
6.01.01.09	Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-2.752	11.200	-7.310
6.01.01.10	Resultado na alienação de imobilizado de uso e intangível	-8	-5	2.314
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.178.708	-2.827.312	-740.632
6.01.02.01	Aplicações interfinanc. de liquidez	-2.326.225	-557.926	-140.416
6.01.02.02	TVM e instr. financ. deriv-ativo/passivo	-665.647	-2.040.460	-675.601
6.01.02.03	Operações de créditos	-483.145	258.064	-647.954
6.01.02.04	Outros credits e valores e bens	-1.579.401	-7.439	630.504
6.01.02.05	Relações interfinanceiras-ativo/passivo	1.388	-1.178	50.840
6.01.02.06	Relações interdependencias	16.684	-6.767	4.886
6.01.02.07	Outras obrigações	859.077	-476.106	34.456
6.01.02.08	Resultado de exercícios futuros	-1.439	4.500	2.653
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-244.880	-83.921	-38.751
6.02.01	Alienação de bens não de uso próprio	54.170	38.917	21.869
6.02.03	Alienação de imobilizado de uso e intangível	294	8	2.618
6.02.04	Aquisição de bens não de uso próprio	-289.279	-116.040	-44.359
6.02.05	Aquisição de investimentos	0	0	-262
6.02.06	Aquisição de imobilizado de uso e intangível	-12.839	-12.215	-24.959
6.02.10	Constituição de reserva - Remuneração da administração	2.774	5.409	6.342
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.487.386	1.653.217	2.194.392

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.03.01	Depósitos	709.986	745.124	-199.603
6.03.02	Captações no mercado aberto	1.426.367	-61.399	42.128
6.03.03	Obrigações p/ emprést. e repasses	-1.460.217	-91.551	2.635.025
6.03.04	Recursos de aceites e emissão de tít.	1.838.891	1.100.650	-234.329
6.03.05	Ações em tesouraria	9.255	7.272	-8.154
6.03.06	Juros s/ o capital próprio	-206.196	-188.505	-136.018
6.03.07	Aumento de capital	169.300	141.626	95.343
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.331.523	-597.651	2.034.702
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.369.169	4.966.820	2.932.118
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.037.646	4.369.169	4.966.820

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.121.765	32.422	0	738.789	0	242	2.893.218
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.121.765	32.422	0	738.789	0	242	2.893.218
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	418.733	0	418.733
5.05	Destinações	0	0	0	0	-206.196	0	-206.196
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-206.196	0	-206.196
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-2.752	-2.752
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-4.866	-4.866
5.07.04	Ajustes de VC - investimentos no exterior	0	0	0	0	0	2.114	2.114
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	169.300	0	0	0	0	0	169.300
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	2.774	0	212.537	-212.537	0	2.774
5.09.01	Constituição de reserva - Remuneração da administração	0	2.774	0	0	0	0	2.774
5.09.02	Constituição de reserva legal	0	0	0	20.937	-20.937	0	0
5.09.03	Constituição de reserva - Equalização de dividendos	0	0	0	191.600	-191.600	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	9.255	0	0	9.255
5.13	Saldo Final	2.291.065	35.196	0	960.581	0	-2.510	3.284.332

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.980.139	27.013	0	513.465	0	-10.958	2.509.659
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.980.139	27.013	0	513.465	0	-10.958	2.509.659
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	406.557	0	406.557
5.05	Destinações	0	0	0	0	-188.505	0	-188.505
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-188.505	0	-188.505
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	11.200	11.200
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	11.200	11.200
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	141.626	0	0	0	0	0	141.626
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	5.409	0	218.052	-218.052	0	5.409
5.09.01	Constituição de reserva - Remuneração da administração	0	5.409	0	0	0	0	5.409
5.09.02	Constituição de reserva legal	0	0	0	20.328	-20.328	0	0
5.09.03	Constituição de reserva - Equalização de dividendos	0	0	0	197.724	-197.724	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	7.272	0	0	7.272
5.13	Saldo Final	2.121.765	32.422	0	738.789	0	242	2.893.218

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.191.586	20.939	0	979.668	0	-3.648	2.188.545
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.191.586	20.939	0	979.668	0	-3.648	2.188.545
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	370.911	0	370.911
5.05	Destinações	693.210	-268	0	-692.942	-136.018	0	-136.018
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-136.018	0	-136.018
5.05.03	Outras Destinações	693.210	-268	0	-692.942	0	0	0
5.05.03.01	Capitalização de reservas	693.210	-268	0	-692.942	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-7.310	-7.310
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-7.310	-7.310
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	95.343	0	0	0	0	0	95.343
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	6.342	0	234.893	-234.893	0	6.342
5.09.01	Constituição de reserva - Remuneração da administração	0	6.342	0	0	0	0	6.342
5.09.02	Constituição de reserva legal	0	0	0	18.546	-18.546	0	0
5.09.03	Constituição de reservas - Equalização de dividendos	0	0	0	216.347	-216.347	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-8.154	0	0	-8.154
5.13	Saldo Final	1.980.139	27.013	0	513.465	0	-10.958	2.509.659

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	2.673.466	2.071.805	4.053.898
7.01.01	Intermediação Financeira	2.500.739	2.004.683	3.734.237
7.01.02	Prestação de Serviços	306.906	256.563	199.086
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-164.076	-208.619	-218.700
7.01.04	Outras	29.897	19.178	339.275
7.01.04.01	Outras receitas operacionais	29.897	19.178	339.275
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.696.903	-791.651	-3.448.585
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-136.162	-318.479	-123.817
7.03.02	Serviços de Terceiros	-7.673	-7.639	-6.709
7.03.04	Outros	-128.489	-310.840	-117.108
7.03.04.01	Outras despesas administrativas	-21.547	-23.475	-19.261
7.03.04.02	Outras despesas operacionais	-70.046	-275.130	-91.617
7.03.04.03	Despesas não operacionais	-36.896	-12.235	-6.230
7.04	Valor Adicionado Bruto	840.401	961.675	481.496
7.05	Retenções	-11.008	-9.424	-8.604
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.008	-9.424	-8.604
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	829.393	952.251	472.892
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.486	14.166	12.812
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.486	14.166	12.812
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	840.879	966.417	485.704
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	840.879	966.417	485.704
7.09.01	Pessoal	281.164	259.172	244.494
7.09.01.01	Remuneração Direta	120.097	118.403	111.948
7.09.01.02	Benefícios	25.175	23.303	22.351
7.09.01.03	F.G.T.S.	10.993	10.034	8.998
7.09.01.04	Outros	124.899	107.432	101.197
7.09.01.04.01	Participações nos lucros	124.899	107.432	101.197
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	128.681	288.992	-138.433

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.09.02.01	Federais	112.162	280.949	-143.284
7.09.02.02	Estaduais	11	47	65
7.09.02.03	Municipais	16.508	7.996	4.786
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.301	11.696	8.732
7.09.03.01	Aluguéis	12.301	11.696	8.732
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	418.733	406.557	370.911
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	206.196	188.505	136.018
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	212.537	218.052	234.893

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	0	25.485.680	23.739.064
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	10.292	46.781
1.02	Aplicações Financeiras	0	11.557.681	10.182.383
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	10.767.642	9.323.521
1.02.01.01	Títulos para Negociação	0	2.697.553	1.551.087
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	1.484.761	1.237.934
1.02.01.04	Derivativos	0	1.005.509	755.913
1.02.01.05	Operações compromissadas	0	4.657.643	4.433.494
1.02.01.06	Depósitos em bancos privados	0	922.176	1.345.093
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	790.039	858.862
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	790.039	858.862
1.03	Empréstimos e Recebíveis	0	13.331.329	12.389.691
1.05	Outros Ativos	0	539.340	1.075.954
1.05.03	Outros	0	539.340	1.075.954
1.05.03.01	Derivativos utilizados como hedge de valor justo	0	2.793	218.849
1.05.03.02	Outros ativos	0	536.547	857.105
1.07	Imobilizado	0	47.038	44.255

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	0	25.485.680	23.739.064
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	0	825.531	936.477
2.01.01	Derivativos	0	825.531	936.477
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	0	1.297.854	1.721.681
2.02.01	Dívida subordinada	0	955.427	1.170.455
2.02.02	Captações - Repasses no exterior	0	342.427	551.226
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	0	19.654.966	17.671.796
2.03.01	Valor a pagar a bancos	0	11.963.347	11.103.277
2.03.02	Clientes	0	7.062.512	6.026.820
2.03.03	Dívida subordinada	0	629.107	541.699
2.06	Outros Passivos	0	713.208	775.137
2.06.02	Tributário	0	372.905	234.786
2.06.03	Derivativos utilizados como hedge de valor justo	0	78.892	11.291
2.06.04	Outros	0	261.411	529.060
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	0	2.994.121	2.633.973
2.08.01	Capital Social Realizado	0	2.121.765	1.980.139
2.08.02	Reservas de Capital	0	-13.628	-26.309
2.08.02.05	Ações em Tesouraria	0	-46.050	-53.322
2.08.02.06	Reserva de capital	0	32.422	27.013
2.08.04	Reservas de Lucros	0	870.185	666.974
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	0	15.799	13.169

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	0	2.010.847	2.240.732
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	0	-1.644.647	-1.311.547
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	0	366.200	929.185
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	0	213.399	-711.196
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	0	256.563	199.086
3.04.02	Despesas de Pessoal	0	-299.410	-275.888
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	0	-104.191	-93.126
3.04.03.01	Promoção de negócios	0	-4.528	-3.833
3.04.03.02	Viagens	0	-8.659	-8.917
3.04.03.03	Comunicações	0	-3.201	-3.393
3.04.03.04	Instalações	0	-17.541	-15.286
3.04.03.05	Depreciação e amortização	0	-9.424	-8.604
3.04.03.06	Outras despesas	0	-60.838	-53.093
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	0	767.491	-251.411
3.04.05.01	Resultado líquido de ativos e passivos financeiros	0	122.306	1.027.260
3.04.05.02	Resultado de operações de câmbio e variações cambiais	0	645.185	-1.278.671
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	0	-407.054	-289.857
3.04.06.01	Perdas de crédito (líquidas de recuperações)	0	-258.447	-218.650
3.04.06.02	Outras despesas operacionais	0	-148.607	-71.207
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	0	579.599	217.989
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-187.883	170.568
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	0	391.716	388.557
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	0	391.716	388.557
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	391.716	388.557
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	2,31	2,5
3.99.01.02	PN	0	2,31	2,5

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0	2,28	2,47
3.99.02.02	PN	0	2,28	2,47

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	0	391.716	388.557
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	2.630	3.134
4.02.01	Ativos Disponíveis Para Venda - Ajuste Ao Valor De Mercado	0	7.504	-8.083
4.02.02	Variação Cambial Sobre Investimentos No Exterior	0	-4.874	11.217
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	0	394.346	391.691
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	394.346	391.691

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	-2.319.389	10.116
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	0	739.092	645.905
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	0	391.716	388.557
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	0	9.424	8.604
6.01.01.03	Perdas de crédito	0	273.212	223.976
6.01.01.04	Ajuste a mercado de instrumentos financeiros - Disponíveis para venda	0	7.503	-8.083
6.01.01.05	Variação cambial sobre investimentos no exterior	0	-4.873	11.217
6.01.01.06	Provisão para passivos contingentes	0	62.110	21.634
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	-3.058.481	-635.789
6.01.02.01	Reserva no Banco Central do Brasil	0	-1.389	1.154
6.01.02.02	Operações compromissadas	0	-762.481	-1.901.462
6.01.02.03	Depósitos em bancos privados	0	401.475	1.749.817
6.01.02.04	Instrumentos financeiros - Mantidos para negociação	0	-1.146.466	-265.049
6.01.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	0	-76.885	279.091
6.01.02.06	Instrumentos financeiros - Disponíveis para venda	0	-246.827	-209.122
6.01.02.07	Instrumentos financeiros - Mantidos até o vencimento	0	68.823	-284.074
6.01.02.08	Empréstimos e adiantamentos a clientes	0	-1.214.850	-386.353
6.01.02.09	Outros ativos	0	320.558	-533.837
6.01.02.10	Passivos tributários	0	138.119	105.816
6.01.02.11	Captações - Repasses no exterior	0	-208.799	551.226
6.01.02.12	Outros passivos	0	-329.759	257.004
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-6.798	-15.999
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	0	-12.215	-24.959
6.02.02	Alienação de imobilizado e intangível	0	8	2.618
6.02.03	Constituição de reserva	0	5.409	6.342
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	1.728.535	2.040.586
6.03.01	Valores a pagar a bancos	0	860.070	1.836.394
6.03.02	Valores a pagar a clientes	0	1.035.692	-140.109

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.03.03	Ações em tesouraria	0	7.272	-8.154
6.03.04	Juros sobre o capital próprio pagos	0	-188.505	-136.018
6.03.05	Aumento de capital	0	141.626	95.343
6.03.06	Dívidas subordinadas	0	-127.620	393.130
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	-597.652	2.034.703
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	4.966.821	2.932.118
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	4.369.169	4.966.821

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.980.139	-26.309	666.974	0	13.169	2.633.973	0	2.633.973
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.980.139	-26.309	666.974	0	13.169	2.633.973	0	2.633.973
5.04	Transações de Capital com os Sócios	141.626	7.272	0	-188.505	0	-39.607	0	-39.607
5.04.01	Aumentos de Capital	141.626	0	0	0	0	141.626	0	141.626
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	7.272	0	0	0	7.272	0	7.272
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-188.505	0	-188.505	0	-188.505
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	391.716	2.630	394.346	0	394.346
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	391.716	0	391.716	0	391.716
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.630	2.630	0	2.630
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	7.504	7.504	0	7.504
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-4.874	-4.874	0	-4.874
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	5.409	203.211	-203.211	0	5.409	0	5.409
5.06.01	Constituição de Reservas	0	5.409	203.211	-203.211	0	5.409	0	5.409
5.07	Saldos Finais	2.121.765	-13.628	870.185	0	15.799	2.994.121	0	2.994.121

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.191.586	-24.229	1.107.377	0	10.035	2.284.769	0	2.284.769
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.191.586	-24.229	1.107.377	0	10.035	2.284.769	0	2.284.769
5.04	Transações de Capital com os Sócios	95.343	-8.154	0	-136.018	0	-48.829	0	-48.829
5.04.01	Aumentos de Capital	95.343	0	0	0	0	95.343	0	95.343
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-8.154	0	0	0	-8.154	0	-8.154
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-136.018	0	-136.018	0	-136.018
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	388.557	3.134	391.691	0	391.691
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	388.557	0	388.557	0	388.557
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.134	3.134	0	3.134
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-8.083	-8.083	0	-8.083
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	11.217	11.217	0	11.217
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	693.210	6.074	-440.403	-252.539	0	6.342	0	6.342
5.06.01	Constituição de Reservas	0	6.342	252.539	-252.539	0	6.342	0	6.342
5.06.04	Capitalização de Reservas	693.210	-268	-692.942	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.980.139	-26.309	666.974	0	13.169	2.633.973	0	2.633.973

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	0	938.187	531.676
7.01.01	Intermediação Financeira	0	366.200	698.390
7.01.02	Prestação de Serviços	0	256.563	199.086
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-258.447	-218.650
7.01.04	Outras	0	573.871	-147.150
7.01.04.01	Resultado líquido de ativos e passivos financeiros	0	122.306	1.258.055
7.01.04.02	Resultado de operações de câmbio e variações cambiais	0	645.185	-1.278.671
7.01.04.03	Outras despesas administrativas	0	-43.353	-55.327
7.01.04.04	Outras despesas operacionais	0	-150.267	-71.207
7.04	Valor Adicionado Bruto	0	938.187	531.676
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	0	938.187	531.676
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	0	938.187	531.676
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	0	938.187	531.676
7.09.01	Pessoal	0	259.490	244.594
7.09.01.01	Remuneração Direta	0	120.280	114.022
7.09.01.02	Benefícios	0	21.730	20.362
7.09.01.03	F.G.T.S.	0	10.048	9.013
7.09.01.04	Outros	0	107.432	101.197
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	286.981	-101.475
7.09.02.01	Federais	0	278.931	-106.331
7.09.02.02	Estaduais	0	46	64
7.09.02.03	Municipais	0	8.004	4.792
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	0	391.716	388.557
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	188.505	136.018
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	203.211	252.539

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho no exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 do Banco ABC BRASIL S.A.

Banco ABC BRASIL S.A.

O Banco ABC Brasil S.A. é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio a grande porte, um dos únicos do país a contar com suporte de um controlador internacional e autonomia local.

O Banco é administrado por uma equipe de executivos altamente qualificados, com longa experiência no mercado financeiro, que também são acionistas do banco e contam com ampla autonomia na tomada de decisões, sendo capazes de detectar e explorar oportunidades setoriais e conjunturais da economia brasileira.

O Banco está presente no Brasil desde 1989, quando iniciou a construção de uma base sólida de clientes corporativos, oferecendo um amplo portfólio de produtos e serviços financeiros de alto valor agregado. É reconhecido no mercado pela profunda *expertise* na análise e concessão de crédito.

O Banco ABC BRASIL S.A. (ABCB4) está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão).

Estrutura Acionária

A estrutura acionária do Banco ABC Brasil S.A. era a seguinte em 31 de dezembro de 2017: Bank ABC 59,74%; Mercado: 33,43%; Administradores e Conselheiros: 5,22%; e Ações em Tesouraria: 1,61%.

Rentabilidade dos Negócios

O Banco ABC BRASIL S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 418,7 milhões no ano de 2017 (R\$ 406,6 milhões no ano de 2016), representando uma rentabilidade sobre o patrimônio médio de 13,5% no ano de 2017 (15,0% no ano de 2016).

O aumento do resultado do banco em relação ao mesmo semestre do ano anterior reflete, principalmente, o aumento das receitas da intermediação financeira, das receitas de prestação de serviços, da queda na constituição de provisão de créditos de liquidação duvidosa e da queda de outras despesas operacionais, tendo sido parcialmente anulado pelo aumento nas despesas da intermediação financeira.

Foi destinado aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, o valor bruto total de R\$ 206,2 milhões, o que representa um valor bruto de R\$ 1,07 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas as disposições legais atinentes à retenção de impostos, sendo os juros relativos ao ano de 2017. O Banco ofereceu aos acionistas a possibilidade de reinvestir os juros sobre o capital próprio distribuídos através da emissão de novas ações (Nota Explicativa 26 b/c).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Carteira de Crédito

A carteira de crédito incluindo garantias prestadas atingiu R\$ 22.144,2 milhões ao final de dezembro de 2017 (R\$ 20.887,3 milhões ao final do ano de 2016). Em relação à qualidade da carteira, 94,8% das operações com empréstimos e 98,9% das operações com garantias prestadas estavam classificadas entre AA e C ao final de dezembro de 2017, de acordo com a Resolução 2.682/99 do Banco Central. Considerando as duas carteiras, o índice foi de 96,6%. O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 3,27% do total da carteira de empréstimos ao final de dezembro de 2017 (3,69% ao final de dezembro de 2016).

IN CVM 381/03

Em atendimento a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo auditor independente, o BANCO ABC BRASIL S.A., informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Não foram prestados quaisquer serviços não relacionados à auditoria.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Ao final do período, o Banco ABC BRASIL S.A. possuía R\$ 502,4 milhões em títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Mantidos até o vencimento”, conforme Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. O Banco tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

Cláusula Compromissória de Arbitragem

O Banco ABC BRASIL S.A. está vinculado à arbitragem na câmara de arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Gestão de risco

1- Risco corporativo

Para o Banco ABC Brasil a gestão de risco é um processo que visa à criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, de modo contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, em atendimento às Resoluções nºs 4.557/17 e 4.327/14 do Banco Central do Brasil, mantém estruturas específicas de gerenciamento de riscos, de gerenciamento de capital e de responsabilidade socioambiental, respectivamente. Em atendimento às resoluções mencionadas anteriormente e à Circular nº 3.678/13 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de risco do Banco ABC Brasil estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrasil.com.br > Relações com Investidores > Serviços RI > Fatores de risco > Estrutura de gestão de risco - Banco ABC Brasil.

A Gestão do Risco Corporativo é responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que, além de executar suas atividades, devem informar tempestivamente os riscos, as falhas e as deficiências de controle às áreas com condições de tratá-los. Apesar de ser responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, a gestão é exercida de forma centralizada, na Diretoria de Gestão de Riscos, que atua como segunda linha de defesa.

A estrutura de governança do Banco ABC Brasil considera que a empresa deve ser gerida com foco principal na geração de valor aos acionistas, sem ferir o direito das partes interessadas e respeitando as leis que regulam os mercados, dentro dos padrões éticos aceitos e recomendados. Essa estrutura atende à regulação da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos definidos pela regulação vigente, tais como o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria, suportados por colegiados internos, o Comitê de Risco do Conselho e Diretoria Colegiada, além de outros comitês operacionais, tais como o Comitê de Crédito, o Comitê Financeiro e o Comitê de Risco Operacional e *Compliance*.

O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite à risco da instituição, pela aprovação das estratégias de negócio e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir, ainda, a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe, para isso, o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim.

À Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e gestão das atividades da instituição.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2- Risco operacional

O Banco reconhece que o risco operacional constitui uma categoria específica de risco, e como tal deve ser gerenciado. Sua gestão deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, levando em consideração todos os seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais.

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional e 3) a Auditoria Interna.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco. O Comitê de Risco Operacional e *Compliance* (CROC) é o órgão colegiado interno que discute os assuntos de risco operacional, continuidade de negócios, *Compliance*, segurança da informação e controles internos.

3- Risco de mercado e liquidez

A gestão dos riscos de mercado e liquidez é exercida utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez corrente e futura.

A Tesouraria executa as determinações do Comitê Financeiro e administra posições proprietárias dentro dos limites determinados para sua atuação, gerindo também a captação e aplicação de recursos do caixa e os descasamentos de prazo de juros e moedas. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte.

A Área de Gestão de Riscos provê informações diárias à Administração, à Tesouraria e aos membros do Comitê Financeiro, além de elaborar periodicamente relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Adicionalmente, deve divulgar o apetite à risco do Banco às áreas envolvidas na gestão da liquidez e do risco de mercado, bem como na criação de novos produtos ou atividades relacionadas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4- Risco de crédito

A gestão de risco de crédito abrange as atividades de autorização, execução, controle e monitoramento do Banco. Isso inclui tanto a visão individual por grupo econômico, cliente e operação, quanto a agregada por fatores de risco da carteira, como concentração por setor, produto ou região.

A aprovação do relacionamento com os clientes e da concessão de linhas de crédito é de responsabilidade do Comitê de Crédito, até os limites da alçada da Administração. Acima disso, a aprovação é responsabilidade exclusiva do Comitê de Risco do Conselho.

O processo de gestão ocorre de forma dinâmica e compartilhada, notadamente nas áreas de Análise, Administração e Gerenciamento de Risco de Crédito, que fazem parte da estrutura da Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito. Visa, com isto, garantir que os riscos estejam dentro dos limites estipulados e que a cobertura de garantias requerida esteja nos níveis desejados, com a qualidade esperada e acessível ao Banco em caso de inadimplemento.

Também é responsabilidade da área de Gestão de Risco de Crédito o monitoramento da carteira de crédito. Isso inclui o acompanhamento da qualidade das carteiras e a execução de testes de estresse, além do desenvolvimento e desempenho dos modelos de atribuição de classificação de risco de contraparte e operação. A área também monitora as concentrações de risco e avalia os impactos de cenários adversos.

5- Responsabilidade Socioambiental

A política de Responsabilidade Socioambiental traça as diretrizes para a identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental, em aderência à Resolução 4.327/14 do Banco Central do Brasil.

O Banco ABC Brasil dispõe de ferramentas de pesquisa, processos internos de análise e estrutura de governança que propiciam o gerenciamento desses riscos. O Banco também aplica, de acordo com critérios internos de elegibilidade, questionários socioambientais junto aos clientes.

6- Gestão de Capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pela Área de Planejamento e Controle Financeiro, que é também responsável pela estruturação do plano estratégico anual e pelo acompanhamento do orçamento. Trata-se de um processo integrado com as áreas de Gestão de Riscos e de Controladoria. Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrasil.com.br > Relações com Investidores > Serviços RI > Fatores de Risco > Estrutura de gestão de capital - Banco ABC Brasil).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7- Comitê de Remuneração

O Banco conta com um Comitê de Remuneração constituído na assembleia geral ordinária ocorrida dia 30/04/2012, e tem como atribuições: (i) elaborar a política de remuneração de administradores do Banco, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das sociedades por ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com a regulamentação aplicável; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução nº 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional.

8- Risco de conformidade

O Banco ABC Brasil através de sua área de *Compliance* busca assegurar a existência de políticas corporativas, processos, controles e monitoramento contínuo para atender às exigências normativas dos órgãos reguladores e entidades de classe, como também prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. Atuando na orientação e conscientização, visando coibir atividades e condutas que possam causar danos à imagem da instituição e empregar seus melhores esforços na disseminação das práticas exigidas pela Lei nº 12.846/13 de Anticorrupção. A área de *Compliance* também é composta pela área de Segurança da Informação que é responsável por definir as políticas e estratégias de Segurança da Informação e assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2018.

A Administração

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

O Banco é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Arab Banking Corporation que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário.

O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Ilhas Cayman (Nota 23).

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis

i) Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação

As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC Brasil S.A. e das empresas controladas ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e ABC Brasil Administração e Participações Ltda., cuja participação direta e indireta em 31 de dezembro de 2017, corresponde a aproximadamente 100%.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2018.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados.

ii) Moeda Funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional e de apresentação do Banco ABC Brasil S.A. e de suas empresas controladas, definidas conforme previsto na Resolução nº 4.524/16 do Banco Central do Brasil.

iii) Conversão de moedas estrangeiras

Os ativos e passivos das subsidiárias são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal e o resultado de equivalência patrimonial, para as subsidiárias com a moeda funcional igual ao Real, no resultado do período.

Notas Explicativas

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;
Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;
Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;
Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;
Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico; e
Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados.

A elaboração das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Critérios de avaliação dos ativos

As aplicações interfinanceiras, as operações de crédito e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados como segue:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período.

Notas Explicativas

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização.

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receita ou despesa em razão do prazo de fluência dos contratos.

As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício.

As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa.

As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa.

As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para absorver eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em conta, além da experiência passada, a avaliação de riscos dos devedores e seus garantidores, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. As classificações das operações estão consoantes aos requerimentos aplicados da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes.

Notas Explicativas

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens.

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

b) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original inferior a 90 dias.

c) *Critérios de avaliação dos passivos*

As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.

As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as obrigações sujeitas às atualizações monetárias com base em cláusulas contratuais são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

d) *Hedge Accounting*

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior através de instrumentos de dívida subordinada de longo prazo e obrigações por repasses no exterior, o Banco designou instrumentos financeiros derivativos para proteção total ("hedge" de valor justo) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido, acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado.

A variação no valor justo dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. Entretanto, a variação do valor justo do item objeto de proteção atribuído ao risco que é protegido é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de "hedge accounting", a relação de proteção é terminada.

Notas Explicativas

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no início da operação de proteção como de forma contínua, de que os instrumentos financeiros derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variações no valor justo (marcação a mercado) do item protegido. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo coberto durante o período na relação de *hedge* anular de 80% a 125% da variação do risco.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos usados como proteção bem como o valor da marcação a mercado da captação objeto de proteção estão divulgados nas Notas 5.b, 15.b e 16.b respectivamente.

Os demais instrumentos financeiros e exposições das carteiras de negociação ("Trading Book") e das carteiras de não negociação ("Banking Book") não possuem política específica para proteção ("Hedge Accounting"). Os riscos de tais carteiras são mitigadas por instrumentos financeiros diversos (Nota 5.b).

e) *Classificação dos ativos e passivos circulantes e a longo prazo*

Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados no circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo são classificados no longo prazo.

f) *Apuração das receitas e despesas*

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas sobre operações de crédito vencidas há mais de 60 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

Também são reconhecidos com base no regime de competência de exercícios, o imposto de renda e a contribuição social, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária.

Notas Explicativas

g) *Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

h) *Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)*

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

i) *Imposto de Renda e Contribuição Social*

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável.

Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e de 20% para contribuição social para as empresas financeiras.

Notas Explicativas

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
Disponibilidades	18.176	8.777
Aplicações financeiras de liquidez	3.019.470	4.360.392
Aplicações em moedas estrangeiras	568.026	407.413
Outras operações com vencimentos de até 90 dias	2.451.444	3.952.979
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	3.037.646	4.369.169

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

O saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez é composto por aplicações no mercado aberto lastreadas por títulos públicos federais têm prazos de vencimento até junho de 2018, no montante de R\$ 4.713.838 (R\$ 4.657.643 em 2016), aplicações em moedas estrangeiras de um dia útil, no montante de R\$ 568.026 (R\$ 407.413 em 2016) e aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimentos até agosto de 2018, no montante de R\$ 1.481.125 (R\$ 712.630 em 2016).

Notas Explicativas**5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos****a) Títulos e valores mobiliários**

As classificações dos títulos, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são demonstradas como segue:

	2017				2016	
	Banco		Consolidado		Banco	Consolidado
	Custo	Mercado / Contábil	Custo	Mercado / Contábil	Mercado / Contábil	Mercado / Contábil
Títulos para negociação						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.191.918	1.191.491	1.393.153	1.392.698	1.112.163	1.274.626
Eurobônus	32.317	32.221	32.317	32.221	14.601	14.601
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	221.692	224.359	221.692	224.359	209.964	209.964
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.450.314	1.509.079	1.450.314	1.509.079	1.113.913	1.113.913
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	56.360	84.449
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	100.133	100.979	100.133	100.979	-	-
Debêntures	287.852	285.689	287.852	285.689	-	-
Títulos públicos emitidos em outros países	649.545	647.053	649.545	647.053	-	-
Subtotal - Títulos para negociação	3.933.771	3.990.871	4.135.006	4.192.078	2.507.001	2.697.553
Títulos disponíveis para venda (b)						
Eurobônus	7.054	7.164	7.054	7.164	25.861	25.861
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	20.655	21.375	20.655	21.375	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	84.308	85.515	84.308	85.515	81.606	81.606
Debêntures	797.961	786.293	797.961	786.293	1.101.025	1.101.025
Notas Promissórias - NP	441.053	442.527	441.053	442.527	500.403	500.403
Cédula do Produtor Rural - CPR	690.483	693.774	690.483	693.774	171.215	171.215
Títulos públicos emitidos em outros países	701.193	697.658	701.193	697.658	1.332.082	1.332.082
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	37.428	37.422	37.428	37.422	-	-
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	2.780.135	2.771.728	2.780.135	2.771.728	3.212.192	3.212.192
Títulos mantidos até o vencimento						
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	502.386	502.386	502.386	502.386	790.039	790.039
Subtotal - Mantidos até o vencimento	502.386	502.386	502.386	502.386	790.039	790.039
Total	7.216.292	7.264.985	7.417.527	7.466.192	6.509.232	6.699.784

(a) Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado. Caso fossem avaliados a valor de mercado, apresentariam em 31 de dezembro de 2017, ajuste positivo de R\$ 39.487 (ajuste positivo de R\$ 26.155 em 2016).

(b) O valor de mercado é apresentado líquido da provisão para perdas dos títulos, no montante de R\$ 113.418 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 98.748 em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam perda de R\$ 8.407 (R\$ 440 de perda em 2016), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" líquido do efeito tributário, no montante de perda em R\$ 4.624 (R\$ 242 de perda em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de títulos e valores mobiliários não cotados é de R\$ 2.918.303 (R\$ 3.141.119 em 2016).

Notas Explicativas

As composições da carteira em 31 de dezembro de 2017, considerando o prazo de vencimento, são demonstradas como segue:

	Banco						Total
	Até 1 Mês	De 1 a 3 Meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	120.682	-	166.832	899.967	4.010	1.191.491
Eurobônus	-	-	-	-	-	32.221	32.221
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	-	62.538	46.068	115.753	224.359
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	809.460	699.619	-	1.509.079
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	-	-	100.979	100.979
Debêntures	-	-	-	-	-	285.689	285.689
Títulos públicos emitidos em outros países	-	-	-	647.053	-	-	647.053
Subtotal - Títulos para negociação	-	120.682	-	1.685.883	1.645.654	538.652	3.990.871
Títulos disponíveis para venda							
Eurobônus	-	-	-	-	-	7.164	7.164
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	-	-	8.302	13.073	21.375
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	-	-	-	-	-	85.515	85.515
Debêntures	14.183	12.933	26.259	211.236	259.772	261.910	786.293
Notas Promissórias - NP	728	29.936	15.509	237.992	154.842	3.520	442.527
Cédula do Produtor Rural - CPR	3.374	-	33.534	274.479	282.004	100.383	693.774
Títulos públicos emitidos em outros países	-	-	-	697.658	-	-	697.658
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	-	23.294	14.128	37.422
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	18.285	42.869	75.302	1.421.365	728.214	485.693	2.771.728
Títulos mantidos até o vencimento							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	502.386	-	502.386
Subtotal - Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	502.386	-	502.386
Total - 2017	18.285	163.551	75.302	3.107.248	2.876.254	1.024.345	7.264.985
Total - 2016	458.702	91.932	449.662	1.464.490	2.560.995	1.483.451	6.509.232

Notas Explicativas

	Consolidado						Total
	Até 1 Mês	De 1 a 3 Meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	120.682	-	166.832	1.101.174	4.010	1.392.698
Eurobônus	-	-	-	-	-	32.221	32.221
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	-	62.538	46.068	115.753	224.359
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	809.460	699.619	-	1.509.079
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	-	-	100.979	100.979
Debêntures	-	-	-	-	-	285.689	285.689
Títulos públicos emitidos em outros países	-	-	-	647.053	-	-	647.053
Subtotal - Títulos para negociação	-	120.682	-	1.685.883	1.846.861	538.652	4.192.078
Títulos disponíveis para venda							
Eurobônus	-	-	-	-	-	7.164	7.164
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	-	-	8.302	13.073	21.375
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	-	-	-	-	-	85.515	85.515
Debêntures	14.183	12.933	26.259	211.236	259.772	261.910	786.293
Notas Promissórias - NP	728	29.936	15.509	237.992	154.842	3.520	442.527
Cédula do Produtor Rural - CPR	3.374	-	33.534	274.479	282.004	100.383	693.774
Títulos públicos emitidos em outros países	-	-	-	697.658	-	-	697.658
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	-	23.294	14.128	37.422
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	18.285	42.869	75.302	1.421.365	728.214	485.693	2.771.728
Títulos mantidos até o vencimento							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	502.386	-	502.386
Subtotal - Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	502.386	-	502.386
Total - 2017	18.285	163.551	75.302	3.107.248	3.077.461	1.024.345	7.466.192
Total - 2016	458.702	96.165	449.662	1.488.346	2.723.458	1.483.451	6.699.784

O Banco possui "Títulos vinculados à garantias" de suas operações que são demonstradas a seguir:

Tipo de operação	Títulos vinculados	Banco e Consolidado	
		Valor de mercado	
		2017	2016
Derivativos - B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e CBLC	LTN / NTN	133.592	442.748
Câmbio - B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	LTN	132.649	42.473
Captações em Letras de Crédito do Agronegócio	Cédula do Produtor Rural / Debêntures	583.094	234.597
Total		849.335	719.818

b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis.

Os derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (Banking Book) e de negociação (Trading Book). Adicionalmente, os derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estreitos e periodicamente revistos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação.

Notas Explicativas

Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Estes limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são diariamente reportados à Administração.

A medição da exposição fundamenta-se no cálculo do valor a risco (VaR) com horizonte de um ano por meio de simulação histórica com nível de confiança de 99% e períodos de retenção de um dia para a carteira de negociação e vinte e um dias para a carteira de não negociação. Além dos controles de exposição e VaR, o Banco também realiza testes de análise de sensibilidade para avaliar os impactos das mudanças nas taxas de juros sobre o portfólio.

Operações de derivativos compõem limite de crédito de contraparte, definido em função do perfil do cliente, e são revistas periodicamente em comitês de crédito com a presença da alta administração. As operações são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e na Bolsa de Valores de Chicago.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de apuração.

- Futuros: cotações em Bolsas;
- Opções: determinadas com base em critérios estabelecidos em contratos e calculadas de acordo com modelos conhecidos amplamente utilizados pelo mercado;
- *Swaps*: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ajustados ao risco de crédito das contrapartes; e
- Termos: o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou bolsas de referência, ajustado pelo risco de crédito das contrapartes.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	2017				2016	
	Banco e Consolidado				Banco e Consolidado	
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor (a receber / a pagar)	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de mercado
Contratos de futuros	12.048.014	-	-	-	7.320.104	-
Compromisso de compra	2.776.628	-	-	-	3.107.416	-
Mercado interfinanceiro	2.164.392	-	-	-	1.891.720	-
Moeda estrangeira	603.710	-	-	-	1.213.863	-
Outros	8.526	-	-	-	1.833	-
Compromisso de venda	9.271.386	-	-	-	4.212.688	-
Mercado interfinanceiro	8.806.355	-	-	-	4.212.688	-
Moeda estrangeira	465.031	-	-	-	-	-
Posição ativa	8.494.881	233.353	4.819	238.172	10.638.976	1.005.509
Contratos de "Swap"	2.196.200	21.297	7.843	29.140	1.590.247	73.797
Mercado interfinanceiro	682.796	13.208	5.114	18.322	675.109	71.265
Moeda estrangeira	290.375	7.836	784	8.620	20.480	399
Prefixado	1.223.029	253	1.945	2.198	891.188	1.639
Outros	-	-	-	-	3.470	494
Contratos de opções	3.603.272	186.073	(6.335)	179.738	7.241.104	739.744
Compromisso de compra	1.785.553	46.992	(10.629)	36.363	2.451.735	2.701
Moeda estrangeira	1.784.439	46.940	(10.620)	36.320	2.448.619	2.532
Outros ativos financeiros	1.114	52	(9)	43	3.116	169
Compromisso de venda	1.817.719	139.081	4.294	143.375	4.789.369	737.043
Moeda estrangeira	1.804.036	138.790	4.396	143.186	2.524.327	736.612
Outros ativos financeiros	13.683	291	(102)	189	2.265.042	431
Outros instrumentos financeiros	2.695.409	25.983	3.311	29.294	1.807.625	191.968
Moeda estrangeira	1.390.546	17.450	1.586	19.036	1.241.672	165.645
Outros ativos financeiros	1.304.863	8.533	1.725	10.258	565.953	26.323

	2017				2016	
	Banco e Consolidado				Banco e Consolidado	
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor (a receber / a pagar)	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de mercado
Posição passiva	6.075.509	(271.126)	66.093	(205.033)	9.236.054	(825.531)
Contratos de “Swap”	1.265.852	(34.543)	3.168	(31.375)	495.094	(16.994)
Mercado interfinanceiro	404.173	(23.713)	8.024	(15.689)	134.306	(3.832)
Moeda estrangeira	440.678	(10.217)	1.187	(9.030)	110.210	(9.864)
Prefixado	404.788	(775)	(4.722)	(5.497)	230.188	(1.768)
Outros	16.213	162	(1.321)	(1.159)	20.390	(1.530)
Contratos de opções	3.740.555	(220.346)	66.117	(154.229)	7.246.724	(660.278)
Compromisso de compra	1.895.740	(56.609)	26.817	(29.792)	2.564.444	(4.419)
Moeda estrangeira	1.886.910	(56.125)	27.427	(28.698)	2.558.884	(3.867)
Outros ativos financeiros	8.830	(484)	(610)	(1.094)	5.560	(552)
Compromisso de venda	1.844.815	(163.737)	39.300	(124.437)	4.682.280	(655.859)
Moeda estrangeira	1.840.300	(163.399)	39.145	(124.254)	2.420.084	(655.427)
Outros ativos financeiros	4.515	(338)	155	(183)	2.262.196	(432)
Outros instrumentos financeiros	1.069.102	(16.237)	(3.192)	(19.429)	1.494.236	(148.259)
Moeda estrangeira	834.796	(13.735)	(1.921)	(15.656)	897.081	(122.570)
Outros ativos financeiros	234.306	(2.502)	(1.271)	(3.773)	597.155	(25.689)

Notas Explicativas

Visando mitigar os riscos das operações de captação da dívida subordinada no valor de US\$ 69,3 milhões (US\$ 264,9 milhões em 2016) (Nota 16.b) e obrigações por repasses do exterior no valor de US\$ 64,1 milhões (US\$ 103,6 milhões em 2016) (Nota 15.b) a Administração decidiu designar os instrumentos financeiros abaixo demonstrados para proteção cambial de parcela do valor do principal bem como de parcela de valor dos juros contratuais.

Derivativos usados como “ <i>hedge</i> ” de valor justo	Banco e Consolidado			
	Valor referencial dos contratos	2017		
		Valor de Curva	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Instrumento de “<i>Hedge</i>”				
Contratos de “<i>Swap</i>”	463.305	(24.967)	(19.366)	5.601
Dívida Subordinada	238.163	(10.940)	(8.248)	2.692
Moeda estrangeira - Dólar - Posição passiva (1)	238.163	(10.940)	(8.248)	2.692
Obrigações por repasses no exterior	225.142	(14.027)	(11.118)	2.909
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa (1)	106.508	3.288	3.523	235
Moeda estrangeira - Dólar - Posição passiva (1)	118.634	(17.315)	(14.641)	2.674
Objeto de “<i>Hedge</i>”	446.154	(446.154)	(451.755)	(5.601)
Dívida Subordinada (Nota 16.b)	233.147	(233.147)	(235.839)	(2.692)
Obrigações por repasses no exterior (Nota 15.b)	213.007	(213.007)	(215.916)	(2.909)

(1) Valores atualizados até a data do balanço.

Derivativos usados como “ <i>hedge</i> ” de valor justo	Banco e Consolidado			
	Valor referencial dos contratos	2016		
		Valor de Curva	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Instrumento de “<i>Hedge</i>”				
Contratos de “<i>Swap</i>”	1.251.687	(78.757)	(76.099)	2.658
Dívida Subordinada	896.310	(56.561)	(57.291)	(730)
Moeda estrangeira - Dólar - Posição passiva (1)	896.310	(56.561)	(57.291)	(730)
Obrigações por repasses no exterior	355.377	(22.196)	(18.808)	3.388
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa (1)	213.017	1.620	2.793	1.173
Moeda estrangeira - Dólar - Posição passiva (1)	142.360	(23.816)	(21.601)	2.215
Objeto de “<i>Hedge</i>”	1.216.882	(1.216.882)	(1.219.540)	(2.658)
Dívida Subordinada (Nota 16.b)	877.843	(877.843)	(877.113)	730
Obrigações por repasses no exterior (Nota 15.b)	339.039	(339.039)	(342.427)	(3.388)

(1) Valores atualizados até a data do balanço.

Considerando que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (dívida subordinada e obrigações por repasses no exterior) e fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (swaps) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros derivativos por vencimento, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, têm a seguinte composição:

	2017							2016
	Banco e Consolidado							Banco e Consolidado
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Compensação								
Contratos de futuros	3.765.289	1.824.023	1.707.208	2.487.280	2.107.629	156.585	12.048.014	7.320.104
Contratos de opção	116.000	-	23.489	7.195.405	7.200	1.733	7.343.827	14.487.828
Contratos de "Swap"	440.859	493.207	813.915	804.231	1.186.344	186.800	3.925.356	3.337.028
Outros instrumentos financeiros	556.202	2.120.056	566.514	367.344	154.395	-	3.764.511	3.301.861
Total - 2017	4.878.350	4.437.286	3.111.126	10.854.260	3.455.568	345.118	27.081.708	-
Total - 2016	6.373.351	2.982.669	1.822.103	12.797.957	3.259.388	1.211.353	-	28.446.821
Posição ativa								
Contratos de opção	-	-	173	179.555	-	10	179.738	739.744
Contratos de "Swap"	6.301	519	2.178	11.449	9.956	2.260	32.663	76.590
Outros instrumentos financeiros	3.578	11.792	5.792	6.120	2.012	-	29.294	191.968
Total - 2017	9.879	12.311	8.143	197.124	11.968	2.270	241.695	-
Total - 2016	41.248	69.059	41.038	822.472	34.306	179	-	1.008.302
Posição passiva								
Contratos de opção	-	-	(168)	(154.008)	(53)	-	(154.229)	(660.278)
Contratos de "Swap"	(1.103)	(784)	(4.450)	(4.763)	(26.398)	(16.766)	(54.264)	(95.886)
Outros instrumentos financeiros	(4.033)	(4.159)	(4.975)	(5.253)	(1.009)	-	(19.429)	(148.259)
Total - 2017	(5.136)	(4.943)	(9.593)	(164.024)	(27.460)	(16.766)	(227.922)	-
Total - 2016	(47.686)	(40.123)	(35.289)	(690.765)	(10.696)	(79.864)	-	(904.423)

Os instrumentos financeiros derivativos não cotados onde o processo de precificação é substancialmente baseado na utilização de julgamentos e estimativas tem os montantes registrados no Ativo de R\$ 56.454 (R\$ 247.825 em 2016) e no Passivo de R\$ 72.420 (R\$ 238.583 em 2016).

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim compostos:

	2017				2016	
	Banco		Líquido	Consolidado Líquido	Banco	Consolidado
	Receitas	Despesas			Líquido	Líquido
Swaps	561.623	(540.768)	20.855	20.855	(294.413)	(294.413)
Futuros	5.355.087	(5.490.199)	(135.112)	(135.112)	(661.962)	(660.420)
Opções	235.684	(223.158)	12.526	13.301	20.532	19.364
Compra / Venda a termo	395.772	(434.585)	(38.813)	(38.813)	235.914	235.914
Total	6.548.166	(6.688.710)	(140.544)	(139.769)	(699.929)	(699.555)

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade das operações com instrumentos financeiros

Em atendimento aos dispositivos da Instrução CVM nº 475/08, o Banco divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros. O quadro abaixo demonstra o cenário mais provável, na avaliação da Administração, além de dois cenários adicionais. O cenário provável considera os preços estabelecidos em contratos e, quando aplicável, indicadores de fontes diversas externas ou por modelos de precificação adotados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros na data do balanço. No cenário II foi considerada uma situação de deterioração de 25% nas variáveis de risco consideradas de acordo com a natureza de risco de tais instrumentos financeiros. No cenário III, foi considerada deterioração de 50% nessas mesmas variáveis.

	Exposição		
	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
i) Taxas de Juros			
Exposição de Juros Prefixados (RWAjur1)	14.231	14.684	16.194
Exposição de Cupons de moeda (RWAjur2)	35.455	37.951	40.697
Exposição de Cupons de índices (RWAjur3)	21.642	23.026	24.363
Total da exposição a taxas de Juros (Nota 27)	71.328	75.661	81.254
ii) Taxas de Câmbio			
Total da exposição a taxas de Câmbio	5.401	13.504	27.007

i) Taxas de juros:

Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados na carteira de “Negociação” (Trading Book), de acordo com critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.464/07 e Circular nº 3.354/07, representam exposições que terão impactos nos resultados da organização pela marcação a mercado desses instrumentos ou quando de sua realização ou liquidação. Os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros possuem riscos potenciais de variações de mercado, sendo tais riscos controlados através de metodologia determinada pelo Banco Central do Brasil e o resultado desta análise é considerado na determinação de uma parcela do capital mínimo exigido das instituições financeiras.

Visando atender as disposições da Instrução CVM nº 475/08, quanto à análise de sensibilidade, foi tomada como base a parcela do capital mínimo exigido para cobertura do risco de exposição à taxas de juros em 31 de dezembro de 2017 e efetuada a análise de cenários determinada na referida instrução.

Notas Explicativas

ii) *Taxas de câmbio:*

A exposição líquida das taxas de câmbio é regulada pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.490/07 e Circular nº 3.568/11. Tais normativos determinam como limite máximo para tais exposições 30% do patrimônio de referência.

Foram considerados os critérios de apuração da exposição determinados pelo Banco Central do Brasil e, atendendo os requisitos da Instrução CVM nº 475/08, foi efetuada a análise de cenários a partir da exposição líquida existente em 31 de dezembro de 2017.

iii) *Carteira de Não Negociação (Banking Book):*

Refere-se a operações não classificadas na carteira de negociação advindas das linhas de negócios do Banco e seus eventuais instrumentos de proteção. A mensuração e avaliação dos riscos de taxas de juros das operações da carteira de não negociação são reguladas pelo Banco Central do Brasil através da Circular nº 3.365/07, que define a aplicação de critérios e premissas que possam aferir o grau de risco dessas exposições inclusive com testes de “stress” cujos resultados possam indicar a suficiência de capital regulatório para cobertura de tais riscos. Os resultados dos procedimentos, que não guardam relação com as práticas contábeis para registro e valorização das operações relacionadas a essa carteira, são reportados ao Banco Central e em 31 de dezembro de 2017 demonstravam uma exposição de R\$ 52.637, que considera o risco de taxas de juros da referida carteira de não negociação em cenários alternativos própria da metodologia determinada pelo órgão regulador.

Para efeito da análise de sensibilidade, o risco de descasamento cambial desta carteira está considerado na posição de taxas de câmbio descrita no item II.

6. Relações interfinanceiras

A rubrica de relações interfinanceiras não possuem saldo em 31 de dezembro de 2017 (em 31 de dezembro de 2016 possuía saldo de R\$ 1.515, representados por Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central).

Notas Explicativas

7. Carteira de crédito, garantias financeiras prestadas e responsabilidades

Os saldos das operações de crédito, outros créditos e garantias financeiras prestadas, são demonstrados como segue:

Carteira por modalidade:

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
Operações de crédito		
Empréstimos	4.940.043	4.932.155
Financiamentos	4.369.981	3.797.868
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.469.610	1.737.815
Subtotal - Operações de crédito	10.779.634	10.467.838
Outros créditos com características de concessão de crédito		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber (a)	408.386	373.467
Títulos e créditos a receber	906.499	792.189
Outros	613	31.414
Subtotal - Outros créditos com características de concessão de crédito	1.315.498	1.197.070
Subtotal - Operações de crédito e outros créditos	12.095.132	11.664.908
Garantias financeiras prestadas (b)	10.049.073	9.222.441
Total da carteira	22.144.205	20.887.349

(a) Saldo composto por adiantamento no valor de R\$ 399.791 (R\$ 365.670 em 2016), demonstrado como redutor de Outras obrigações (Nota 9) acrescido de R\$ 8.595 (R\$ 7.797 em 2016) de rendas a receber de tais adiantamentos demonstrados em Outros créditos (Nota 9).

(b) As fianças prestadas a clientes estão sujeitas a encargos e contragarantias e contabilizadas em contas de compensação. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo das provisões para garantias prestadas e responsabilidades é de R\$ 47.125 (R\$ 36.746 em 2016) - Nota 16.c.

Carteira por setor de atividade:

	Banco e Consolidado					
	2017			2016		
	Operações de crédito	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Garantias financeiras prestadas	Total
Setor privado						
Intermediários financeiros	144.801	2.175.111	2.319.912	125.614	2.200.335	2.325.949
Indústria	4.361.218	1.875.387	6.236.605	3.884.969	1.169.932	5.054.901
Comércio	2.257.914	1.014.203	3.272.117	1.745.357	993.951	2.739.308
Serviços	5.062.166	4.103.696	9.165.862	5.649.078	3.958.720	9.607.798
Pessoas físicas	186.669	73.946	260.615	193.413	54.742	248.155
Subtotal - Setor privado	12.012.768	9.242.343	21.255.111	11.598.431	8.377.680	19.976.111
Setor público	82.364	806.730	889.094	66.477	844.761	911.238
Total da carteira	12.095.132	10.049.073	22.144.205	11.664.908	9.222.441	20.887.349

Notas Explicativas

Os saldos das operações de crédito, garantias financeiras prestadas, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

	Banco e Consolidado						
	2017						
	A vencer						Vencidas a partir de 15 dias
	Até 1 Mês	De 1 a 3 Meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos	Total
Operações de crédito	722.471	1.193.644	1.902.014	2.662.297	3.482.698	689.059	127.451
Outros créditos	571.081	261.340	286.964	179.174	7.627	3.280	6.032
Subtotal - Operações de crédito e outros créditos	1.293.552	1.454.984	2.188.978	2.841.471	3.490.325	692.339	133.483
Garantias financeiras prestadas	492.938	1.480.119	1.494.185	2.624.446	3.737.975	219.410	-
Total - 2017	1.786.490	2.935.103	3.683.163	5.465.917	7.228.300	911.749	133.483
Total - 2016	1.538.965	2.960.733	4.335.538	6.302.162	4.774.395	892.581	82.975

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08 e Resolução nº 3.895/10, as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões ocorreram conforme descritos abaixo:

(i) Com transferência substancial de riscos e benefícios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no Banco e Consolidado, foram realizadas cessões com transferência substancial de riscos e benefícios no montante de R\$ 201.407 (R\$ 3.218 em 2016), o efeito dessas operações no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi negativo de R\$ 5.244 (resultado negativo de R\$ 99 em 2016).

As concentrações dos riscos de crédito estão assim demonstradas:

	Banco e Consolidado			
	2017		2016	
	Saldo	% sobre a carteira (1)	Saldo	% sobre a carteira (1)
Principal devedor	711.445	3,21	714.067	3,42
10 maiores devedores	3.869.454	17,47	3.948.821	18,91
20 maiores devedores	5.818.131	26,27	5.775.898	27,65

(1) total da carteira incluindo garantias financeiras prestadas.

Notas Explicativas

8. Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos

As carteiras de operações de crédito e outros créditos e a provisão para crédito de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim distribuídos:

Banco e Consolidado					
2017					
Nível de risco	Nível mínimo de provisionamento	Total das operações			Provisão
		Curso normal	Atraso	Total	Res. 2.682/99
AA	-	768.592	-	768.592	-
A	0,5%	4.863.175	-	4.863.175	24.316
B	1,0%	4.604.174	157	4.604.331	46.043
C	3,0%	1.210.704	14.104	1.224.808	36.744
D	10,0%	310.510	2.259	312.769	31.277
E	30,0%	128.725	2.569	131.294	39.388
F	50,0%	27.645	283	27.928	13.964
G	70,0%	25.291	4.839	30.130	21.091
H	100,0%	22.833	109.272	132.105	132.105
Provisão adicional (*)		-	-	-	50.000
Total		11.961.649	133.483	12.095.132	394.928

(*) Refere-se a provisão adicional ao mínimo exigido na Resolução nº 2.682/99, considerando o cenário econômico e as incertezas a ele associadas.

Banco e Consolidado					
2016					
Nível de risco	Nível mínimo de provisionamento	Total das operações			Provisão
		Curso normal	Atraso	Total	Res. 2.682/99
AA	-	446.441	-	446.441	-
A	0,5%	4.425.135	-	4.425.135	22.126
B	1,0%	4.307.518	27	4.307.545	43.075
C	3,0%	1.784.200	15.418	1.799.618	53.989
D	10,0%	151.349	12.918	164.267	16.427
E	30,0%	305.268	3.052	308.320	98.281
F	50,0%	127.809	2.857	130.666	65.333
G	70,0%	5.528	790	6.318	4.422
H	100,0%	28.685	47.913	76.598	76.598
Provisão adicional (*)		-	-	-	50.000
Total		11.581.933	82.975	11.664.908	430.251

(*) Refere-se a provisão adicional ao mínimo exigido na Resolução nº 2.682/99, considerando o cenário econômico e as incertezas a ele associadas.

Notas Explicativas

As provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa e de outros créditos tiveram as seguintes movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	Banco e Consolidado			2016
	2017			Total
	Operações de crédito	Outros créditos	Total	
Saldos no início do exercício	315.369	114.882	430.251	338.843
Constituição / (Reversão)	71.574	92.219	163.793	209.701
Variação cambial de saldo	907	-	907	(8.202)
Classificados como resultados de exercícios futuros	-	(85)	(85)	669
Créditos compensados como prejuízo	(43.264)	(24.509)	(67.773)	(102.232)
Baixas por cessão de crédito	(36.490)	(95.675)	(132.165)	(8.528)
Saldos no final do exercício	308.096	86.832	394.928	430.251

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo total de créditos renegociados é de R\$ 312.270 (R\$ 639.041 em 2016), sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 94.050 (R\$ 404.781 em 2016).

O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 15.726 (R\$ 14.765 em 2016).

9. Carteira de câmbio

Os saldos das carteiras de câmbio estão assim demonstrados:

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar - CCL	1.278.797	480.994
Provisão sobre variação cambial de CCL	(319)	(36)
Direitos sobre vendas de câmbio	745.530	90.825
Adiantamentos recebidos	(31.267)	(2.683)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (ACC)	8.595	7.797
Despesas de apropriação de adiantamentos concedidos (ACC)	154	-
Total	2.001.490	576.897
Outras Obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	778.310	87.755
Obrigações por compra de câmbio	1.206.658	495.496
Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC)	(399.791)	(365.670)
Total	1.585.177	217.581

Notas Explicativas

10. Outros créditos

- a) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.
- b) As composições de outros créditos diversos estão assim demonstradas:

	Banco		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Créditos tributários (Nota 21)	361.795	406.995	361.805	407.027
Devedores por compra de valores e bens	14.661	14.469	14.661	14.469
Devedores por depósitos em garantia	14.582	18.465	14.582	18.465
Impostos e contribuições a compensar	77.987	62.433	80.239	65.217
Títulos e créditos a receber	901.339	786.750	901.339	786.750
Créditos vinculados a operações de cessão (1)	-	1.086	-	1.086
Outros	3.907	1.536	3.909	1.544
Total	1.374.271	1.291.734	1.376.535	1.294.558

(1) De acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil, a partir de janeiro de 2012 as operações de créditos cedidas com coobrigação passam a ser demonstradas em contas específicas dentro da rubrica outros créditos.

11. Investimentos

	ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		ABC Brasil Administração e Participações Ltda.		2017	2016
	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016		
Capital social	88.516	50.002	55.632	55.632		
Patrimônio líquido	96.258	91.166	99.965	93.571		
Resultado do exercício	5.092	6.219	6.394	7.947		
Nº. de ações ordinárias possuídas	24.980.054	24.980.054	-	-		
Nº. de ações preferenciais possuídas	24.980.055	24.980.055	-	-		
Nº. de cotas possuídas	-	-	55.631.814	55.631.814		
% de participação	100,00	100,00	99,99	99,99		
Valor contábil	96.258	91.166	99.965	93.571	196.223	184.737
Equivalência patrimonial	5.092	6.219	6.394	7.947	11.486	14.166

12. Imobilizado, diferido e intangível

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação e de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

Conforme Resolução nº 3.617/08 do Banco Central do Brasil, até setembro de 2008, os gastos de organização e expansão, representados por benfeitorias em propriedades de terceiros, vinham sendo registrados no ativo diferido e amortizados considerando-se o prazo dos aluguéis contratados.

O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais, são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

13. Depósitos e Captações no mercado aberto

As operações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e captações no mercado aberto são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Banco					Consolidado		
	2017					2016	2017	2016
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total	Total
Depósitos à vista	40.015	-	-	-	-	40.015	42.615	39.918
Depósitos interfinanceiros	-	132.746	548.683	-	-	681.429	478.357	478.357
Depósitos a prazo	-	1.627.633	3.482.283	218.635	346	5.328.897	4.819.383	4.819.383
Captações no mercado aberto	-	1.292.448	139.718	-	-	1.432.166	5.799	5.799
Total - 2017	40.015	3.052.827	4.170.684	218.635	346	7.482.507	-	7.482.410
Total - 2016	42.615	1.210.677	3.543.470	497.508	51.884	-	5.346.154	-

14. Recursos de aceites e emissão de títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são negociados a juros de mercado e têm a seguinte distribuição por prazos de vencimento:

	Banco e Consolidado					2016
	2017					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	368.595	377.370	128.701	-	874.666	887.239
Letras de crédito do agronegócio	491.020	1.439.305	836.763	1.493	2.768.581	2.280.018
Letras financeiras	190.427	1.530.784	2.587.838	34.693	4.343.742	2.973.055
Captações por certificados de operações estruturadas	-	9.744	-	-	9.744	17.530
Total - 2017	1.050.042	3.357.203	3.553.302	36.186	7.996.733	-
Total - 2016	1.192.082	2.097.564	2.865.659	2.537	-	6.157.842

Notas Explicativas**15. Obrigações por empréstimos e repasses**

- a) As obrigações por empréstimos e repasses têm a seguinte distribuição, por prazos de vencimento:

	Banco e Consolidado					
	2017					2016
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Obrigações por empréstimos						
No exterior	1.435.536	1.684.633	165.455	4	3.285.628	4.036.840
Obrigações por repasses - País						
BNDDES	113.100	281.993	257.428	169.503	822.024	1.151.453
FINAME	46.722	125.373	222.414	154.560	549.069	683.540
Outras instituições	71.659	133.524	15.058	-	220.241	269.856
Obrigações por repasses - Exterior	66.877	1.161.092	182.476	105.032	1.515.477	1.710.967
Total - 2017	1.733.894	3.386.615	842.831	429.099	6.392.439	-
Total - 2016	1.565.766	4.020.505	1.582.321	684.064	-	7.852.656

As obrigações por empréstimos no exterior contemplam recursos captados para aplicação em operações comerciais de câmbio relativos a financiamentos à exportação e importação, além de aplicações em repasses e financiamentos em moeda estrangeira.

Tais obrigações estão sujeitas à variação cambial e juros de mercado internacional e encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço.

As obrigações por repasses do País são representadas por fundos e programas especiais administrados por instituições oficiais, os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados por índices oficiais e encargos, calculados até a data do balanço.

As obrigações por repasses do exterior são representadas por recursos obtidos pelo Banco junto a órgãos multilaterais (IFC - International Finance Corporation, IDB - Inter-American Development Bank, IIC - Inter-American Investment Corporation e PROPARCO - Societe de Promotion et de Participation pour la Cooperation Economique SA) os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados pela variação cambial e encargos calculados até a data do balanço.

Notas Explicativas

- b) As composições dos saldos das obrigações por repasses do exterior em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são assim demonstradas:

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
Obrigações por repasses do exterior		
Objeto de "Hedge accounting"		
Valor do principal US\$ 33,3 milhões (US\$ 66,7 milhões em 2016)	110.247	217.233
Valor do principal US\$ 30,8 milhões (US\$ 36,9 milhões em 2016)	101.766	120.314
Juros provisionados	994	1.492
Subtotal	213.007	339.039
Ajuste a valor de mercado ("Hedge accounting") - Notas 2.II.d e 5.b	2.909	3.388
Total	215.916	342.427
Outras obrigações por repasses do exterior	1.299.561	1.368.540
Total	1.515.477	1.710.967

As captações de obrigações por repasses no exterior objeto de *hedge accounting*, nos valores de US\$ 33,3 milhões (US\$ 66,7 milhões em 2016) com vencimento em novembro de 2018, possui juros de 2,9% pagos semestralmente e US\$ 30,8 milhões (US\$ 36,9 milhões em 2016) com vencimento em novembro de 2022, possui juros de 4,6% pagos semestralmente.

16. Outras obrigações

- a) Obrigações fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisão para imposto de renda e contribuição sobre o lucro	121.436	122.533	128.686	131.297
Impostos e contribuições a recolher	52.517	53.589	52.574	53.693
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 21)	99.563	224.097	99.563	224.097
Total	273.516	400.219	280.823	409.087

Notas Explicativas

b) Dívidas subordinadas:

As composições dos saldos das dívidas subordinadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão assim compostos:

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
Dívida subordinada objeto de "Hedge accounting"		
Notas Subordinadas no Exterior US\$ 69,3 milhões (US\$ 264,9 milhões em 2016)	234.728	955.427
Subtotal	234.728	955.427
Outras dívidas subordinadas		
Letras Financeiras	706.088	337.544
Notas Subordinadas no Exterior US\$ 68,5 milhões (US\$ 79,5 milhões em 2016)	235.317	271.755
Subtotal	941.405	609.299
Total dívidas subordinadas	1.176.133	1.564.726

Os saldos das dívidas subordinadas decorrentes de captações de notas subordinadas no exterior em 31 de dezembro 2017 e 2016 estão assim compostos:

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
Dívida subordinada objeto de "Hedge accounting"		
Notas subordinadas no Exterior		
Valor do principal US\$ 49,3 milhões (US\$ 244,9 milhões em 2016)	163.012	798.147
Valor do principal US\$ 20,0 milhões (US\$ 20,0 milhões em 2016)	66.160	65.182
Juros provisionados	3.975	15.960
Deságio	-	(1.446)
Subtotal	233.147	877.843
Despesa de captação diferida	(498)	(2.876)
Resultado do <i>hedge accounting</i> diferido (1)	-	84.082
Deságio	(613)	(2.892)
Ajuste a valor de mercado ("Hedge accounting") - Nota 2.II.d e 5.b	2.692	(730)
Total	234.728	955.427

(1) Instrumentos financeiros acionados pelo "reset" amortizados pelo prazo remanescente da dívida subordinada.

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
Outras dívidas subordinadas		
Notas Subordinadas no Exterior US\$ 68,5 milhões (US\$ 79,5 milhões em 2016)	226.760	259.164
Ágio	4.507	8.254
Despesa de captação diferida	(153)	(462)
Juros provisionados	4.203	4.799
Total	235.317	271.755

Notas Explicativas

A captação de recursos no exterior, objeto de hedge accounting, no valor de US\$ 300,0 milhões, com principal de US\$ 69,3 milhões em dezembro de 2017 (US\$ 264,9 em 2016) e com vencimento em abril de 2020, possui juros anuais de 7,9% pagos semestralmente. Em 9 de outubro de 2012, foi integralizada a captação de recursos mediante a emissão suplementar de Notas Subordinadas no Exterior no valor de US\$ 100,0 milhões, com principal de US\$ 68,5 milhões em dezembro de 2017 (US\$ 79,5 em 2016) com mesmo vencimento e taxas de juros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Banco realizou a recompra parcial das Notas Subordinadas emitidas em 08 de abril de 2010, e posteriormente em 09 de outubro de 2012, no montante de US\$ 206.591. O valor total pago no âmbito da oferta para as notas aceitas para recompra foi de US\$ 227.146. Após recebimento da autorização para recompra das notas subordinadas pelo Banco Central do Brasil, o Banco passou a desconsiderar as referidas notas subordinadas de seu Patrimônio de Referência - PR.

O ágio e deságio pagos na captação dos referidos recursos, bem como as despesas diretas, estão sendo diferidos pelo prazo da captação.

O saldo de R\$ 706.088, referente as captações mediante a emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação, possuem prazo de vencimento até fevereiro de 2027 com taxas de juros de 8,3% a 9,3% + IPCA, de 1,7% a 3,2% + CDI, prefixadas de 10,7% a 20,3% e CDI de 114,5% a 130,0%.

Notas Explicativas**c) Outras obrigações diversas:**

	Banco		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisão para pagamentos a efetuar	78.407	73.787	78.445	73.814
Credores diversos - País	542	63	542	63
Provisão para contingências (Nota 25)	25.208	38.029	25.208	38.029
Provisão para garantias financeiras prestadas	47.125	36.746	47.125	36.746
Total	151.282	148.625	151.320	148.652

As garantias financeiras prestadas estão sujeitas a encargos e contragarantias e são contabilizadas em contas de compensação. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos das garantias financeiras prestadas estão assim compostas:

Tipo de garantia	Banco e Consolidado			
	2017		2016	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Fianças prestadas a clientes	10.023.767	46.852	9.212.628	36.687
Créditos abertos para importação	25.306	273	9.813	59
Total	10.049.073	47.125	9.222.441	36.746

Os saldos da provisão para garantias financeiras prestadas por níveis de risco, são demonstrados como segue:

Nível de risco	Banco e Consolidado			
	2017		2016	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
AA	6.212.844	-	6.360.400	-
A	1.564.455	7.822	1.390.781	6.954
B	1.825.305	18.253	1.200.350	12.003
C	337.100	10.113	164.585	4.938
D	109.369	10.937	100.779	10.078
F	-	-	5.546	2.773
Total	10.049.073	47.125	9.222.441	36.746

17. Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim compostas:

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
Rendas de garantias financeiras prestadas	212.355	199.038
Rendas de tarifas com operações de crédito	12.186	13.494
Rendas de cobranças	15.488	12.530
Rendas de tarifas bancárias	9.164	8.698
Rendas de comissões e colocação de títulos	56.820	22.095
Rendas de outros serviços	893	708
Total	306.906	256.563

Notas Explicativas**18. Outras despesas administrativas**

As outras despesas administrativas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Serviços de terceiros	7.673	7.639	7.673	7.242
Serviços do sistema financeiro	17.124	17.010	17.175	17.274
Aluguéis	12.301	11.696	12.301	11.696
Serviços técnicos especializados	14.309	14.535	14.407	14.602
Processamento de dados	10.937	10.431	10.937	10.431
Comunicações	3.573	3.193	3.573	3.201
Despesas de viagem	6.610	6.031	6.610	6.031
Depreciações e amortizações	11.008	9.424	11.008	9.424
Promoções e relações públicas	1.243	953	1.243	953
Publicações	331	234	391	259
Contribuições filantrópicas	770	711	888	841
Transportes	1.931	2.075	1.931	2.075
Manutenção e conservação de bens	1.935	1.928	1.935	1.928
Água, energia e gás	800	575	800	575
Materiais	484	446	484	446
Seguros	472	514	472	514
Propaganda e publicidade	2.619	2.475	2.619	2.475
Condomínio	2.725	2.702	2.725	2.702
Emolumentos legais e cartorários	1.381	1.526	1.381	1.526
Outras	8.099	10.289	8.207	10.392
Total	106.325	104.387	106.760	104.587

Notas Explicativas

19. Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Juros e atualização monetária de ativos	1.339	7.140	1.339	7.140
Reversão de provisões	12.821	-	12.821	-
Recuperação de encargos e despesas	1.277	1.397	1.277	1.400
Outras recuperações sem características de concessão de crédito	8.526	5.000	8.526	5.000
Outras receitas	5.934	5.641	5.934	5.641
Total	29.897	19.178	29.897	19.181

20. Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim compostas:

	Banco e Consolidado	
	2017	2016
Constituição de provisões	-	6.281
Constituição de provisões para garantias financeiras prestadas	10.379	20.112
Comissões vinculadas a operações	1.459	384
Descontos concedidos	4.309	5.352
Variação cambial (1)	-	186.688
Outras despesas	103	4.160
Total	16.250	222.977

- (1) De acordo com a Resolução nº 4.524/16 do Banco Central do Brasil, o reconhecimento dos efeitos das variações cambiais dos ativos e passivos das investidas no exterior, cuja moeda funcional é a mesma da investidora, passam a ser registradas em contrapartida ao resultado na investida no exterior.

Notas Explicativas

21. Imposto de renda e contribuição social

A natureza, a origem e a movimentação de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são demonstradas a seguir:

	Dezembro de 2016	Adições	Baixas	Dezembro de 2017
Créditos tributários				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	186.234	144.302	(138.583)	191.953
Provisão para garantias financeiras prestadas	16.535	13.296	-	29.831
Provisão para bens não de uso - BNDU	8.220	5.454	-	13.674
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	111.065	14.158	(104.232)	20.991
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	14.896	14.263	(9.242)	19.917
Outros	61.549	33.549	(29.834)	65.264
Ajuste ao valor de mercado - Disponíveis para venda	8.496	17.477	(5.808)	20.165
Total	406.995	242.499	(287.699)	361.795
Obrigações fiscais diferidas				
Diferenças temporárias:				
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	(207.664)	(69.464)	197.318	(79.810)
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	(6.239)	(1.273)	6.162	(1.350)
Ajuste ao valor de mercado - Disponíveis para venda	(8.691)	(10.961)	3.272	(16.380)
Ajuste decorrente do Regime Transitório de Tributação - RTT	(1.503)	-	1.210	(293)
Impostos diferidos sobre variação cambial de investimento no exterior	-	(1.730)	-	(1.730)
Total	(224.097)	(83.428)	207.962	(99.563)
Saldo líquido	182.898	159.071	(79.737)	262.232

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, além dos montantes apresentados no quadro anterior, os ajustes ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos no valor de R\$ 10 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2016) em créditos tributários.

O saldo líquido dos créditos tributários e obrigações fiscais são demonstrados como seguem:

	Banco		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Outros créditos - Diversos - Créditos tributários (Nota 10.b)	361.795	406.995	361.805	407.027
Outras obrigações - Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 16.a)	(99.563)	(224.097)	(99.563)	(224.097)
Total	262.232	182.898	262.242	182.930

Notas Explicativas

As realizações dos créditos e das obrigações tributárias diferidas existentes em 31 de dezembro de 2017 considerando o histórico de rentabilidade e a estimativa de realização futura são demonstradas como segue:

Exercício	Banco			Consolidado
	Ativo	Passivo	Líquido	Líquido
2018	193.906	(60.470)	133.436	133.436
2019	117.998	(18.239)	99.759	99.769
2020	15.251	(8.270)	6.981	6.981
2021	17.859	(1.877)	15.982	15.982
2022	6.029	(2.665)	3.364	3.364
Acima de 5 anos	10.752	(8.042)	2.710	2.710
Total	361.795	(99.563)	262.232	262.242
Valor presente - Selic	322.331	(88.032)	234.299	234.308

As apurações das despesas com imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são demonstradas a seguir:

	Banco		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado após participação nos lucros e antes do imposto de renda e contribuição social	431.242	597.614	438.515	606.584
Encargos totais de imposto de renda e contribuição social	193.244	268.926	200.629	278.024
Resultado líquido de realizações e constituições de passivos diferidos líquidos de créditos tributários no período	78.894	(101.115)	78.872	(101.321)
Receitas / despesas não tributáveis líquidas de despesas não dedutíveis	(51.527)	47.626	(56.649)	41.303
Resultados de participações societárias	(5.169)	(6.375)	-	-
Juros sobre o capital próprio	(92.789)	(84.827)	(92.789)	(84.827)
Outros valores	(33.061)	(34.293)	(33.221)	(34.473)
Total do imposto de renda e contribuição social sobre os resultados correntes	89.592	89.942	96.842	98.706
Impostos e contribuições diferidos				
Passivos fiscais constituídos no exercício	70.737	204.301	71.087	204.485
Passivos fiscais realizados no exercício	(204.690)	(148.024)	(205.039)	(148.208)
Créditos tributários constituídos no exercício	(225.022)	(321.407)	(225.025)	(321.434)
Créditos tributários realizados no exercício	281.892	366.245	281.917	366.478
Total dos impostos e contribuições diferidos	(77.083)	101.115	(77.060)	101.321
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social	12.509	191.057	19.782	200.027

Notas Explicativas**22. Partes relacionadas****a) Empresas controladas e ligadas**

Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Operações / Partes relacionadas	Grau de relação	Prazos até	2017		2016	
			Ativo / (Passivo)	Receitas / (Despesas) Exercício	Ativo / (Passivo)	Receitas / (Despesas) Exercício
Depósitos à vista						
ABC Brasil Adm. e Participações Ltda.	Controlada	S/ Vencto.	(49)	-	(102)	-
ABC Brasil DTVM S.A.	Controlada	S/ Vencto.	(48)	-	(155)	-
Marsau Comercial Exportadora e Importadora Ltda.	Ligada	S/ Vencto.	(31)	-	(27)	-
Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos						
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	10/01/2018	(1.966)	(23)	(121)	(6)
Arab Banking Corporation (ABC) Administradores	Controlador	18/04/2016 Diversos	- (39.867)	- (3.598)	- (28.444)	(657) (3.731)
Obrigações por empréstimos						
Arab Banking Corporation (ABC)	Controlador	02/04/2018	(365.948)	(7.628)	(826.838)	(11.746)
Dividendos e juros sobre o capital						
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	31/12/2017	(53.870)	-	(50.036)	-
Outras obrigações - Prestação de serviços						
ABC Brasil Adm. e Participações Ltda. Administradores	Controlada	- 31/12/2017	- -	- 1.913	- -	(400) -

b) Remuneração do pessoal chave da administração

No exercício de 2012 o Banco definiu um novo plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional.

Referido plano tem como objetivos principais: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Banco à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo Banco ABC; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições-chave do Banco; e (iv) adaptar a política de remuneração à norma da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional.

Notas Explicativas

A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e
- b) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável será pago em ações preferenciais do Banco, de forma “diferida” observando que o número de ações a serem atribuídas aos administradores será determinado através da divisão do valor correspondente à remuneração variável diferida, líquido do imposto de renda retido na fonte, pelo preço unitário das ações calculado pela média do preço de fechamento das ações preferenciais de emissão do Banco ABC Brasil S.A., nos pregões da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão dos meses de junho (para pagamento da remuneração variável relativa ao primeiro semestre) e dezembro (para pagamento da remuneração variável relativa ao segundo semestre), conforme aplicável, salvo nos casos onde haja períodos de vedação nesses meses, oportunidade em que a média será calculada utilizando os pregões subsequentes.

A entrega das ações referentes às remunerações variáveis diferidas atribuídas aos administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

As remunerações totais do pessoal-chave da administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão assim compostas:

	2017	2016
Remuneração Fixa	21.851	21.234
Remuneração Variável	33.968	27.374
Total de benefícios de curto prazo	55.819	48.608
Remuneração baseada em ações	38.097	31.049
Total de benefícios de longo prazo	38.097	31.049
Total	93.916	79.657

Notas Explicativas**c) Resumo da movimentação do plano de remuneração:**

Para atender a resolução sobre remuneração o Banco obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus administradores.

De acordo com o plano de remuneração em ações citado na Nota 22.b, foram outorgadas ações aos executivos elegíveis para liquidação no final do período de carência conforme abaixo demonstrado em quantidade de ações:

Distribuição	Período de carência	Dezembro de 2016	Novos	Ações entregues	Dezembro de 2017
5º	25/02/2014 - 25/02/2017	281.988	-	(281.988)	-
6º	29/08/2014 - 29/08/2017	225.441	-	(225.441)	-
7º	24/02/2015 - 24/02/2017	295.161	-	(295.161)	-
7º	24/02/2015 - 24/02/2018	295.161	-	-	295.161
8º	20/08/2015 - 20/08/2017	311.546	-	(311.546)	-
8º	20/08/2015 - 20/08/2018	311.546	-	-	311.546
9º	24/02/2016 - 24/02/2017	466.707	-	(466.707)	-
9º	24/02/2016 - 24/02/2018	466.701	-	-	466.701
9º	24/02/2016 - 24/02/2019	466.698	-	-	466.698
10º	23/08/2016 - 23/08/2017	265.525	-	(265.525)	-
10º	23/08/2016 - 23/08/2018	265.525	-	-	265.525
10º	23/08/2016 - 23/08/2019	265.525	-	-	265.525
11º	21/02/2017 - 21/02/2018	-	292.024	-	292.024
11º	21/02/2017 - 21/02/2019	-	292.024	-	292.024
11º	21/02/2017 - 21/02/2020	-	292.024	-	292.024
12º	23/08/2017 - 23/08/2018	-	240.348	-	240.348
12º	23/08/2017 - 23/08/2019	-	240.348	-	240.348
12º	23/08/2017 - 23/08/2020	-	240.348	-	240.348
Total		3.917.524	1.597.116	(1.846.368)	3.668.272

Notas Explicativas

23. Dependência no exterior

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são demonstrados como seguem:

	2017	2016
Ativos		
Disponibilidades	6.252	3.513
Aplicações interfinanceiras de liquidez	398.687	323.995
TVM e instrumentos financeiros derivativos	68.642	150.254
Operações de crédito - Líquido	1.752.736	1.696.329
Outros créditos e valores e bens	15.640	21.583
Total	2.241.957	2.195.674
Passivos		
Depósitos à vista	240	274
Depósitos a prazo	104.754	87.846
Obrigações por empréstimos no exterior	2.970.210	3.773.055
Instrumentos financeiros derivativos	219	89.174
Outras obrigações	47.589	879
Total	3.123.012	3.951.228

Os saldos de ativos, passivos e resultados, são convertidos conforme Nota 2) iii.

Os efeitos das variações cambiais resultantes da conversão das transações em moeda estrangeira dos ativos e passivos foram reconhecidas no resultado do exercício no montante de R\$ 19.613 e os efeitos das variações cambiais resultantes da conversão do resultado foram registradas no patrimônio líquido no montante de R\$ 2.114 (líquido dos efeitos tributários), conforme Resolução nº 4.524/16 do Banco Central do Brasil.

24. Participações nos lucros

A provisão para participações nos lucros e resultados foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC Brasil S.A. e seus colaboradores, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilidade e influência que cada uma dessas áreas tem sobre o resultado produzido pelo Banco, além de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas individualmente.

Notas Explicativas

25. Ativos e passivos contingentes e obrigações fiscais e previdenciárias

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Nota 2.II.g) explica os critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos.

a) Contingências fiscais

O Banco responde por ações e processos cujas perdas estão sendo considerados com prognósticos possíveis por nossos assessores que totalizam R\$ 380.328 e não foram provisionados, o detalhamento das principais causas são os seguintes:

IRPJ e CSLL referente à não tributação de lucros acumulados de controlada estrangeira

Em 2001, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de não adicionar aos seus resultados, para efeitos de apuração do IRPJ e da CSLL, os lucros acumulados e não disponibilizados pela subsidiária ABC Brasil Banking Ltd., quando da alienação da participação societária naquela empresa. Atualmente a decisão em 1ª e 2ª instância são favoráveis ao Banco. O valor total estimado da contingência corresponde a R\$ 10.568.

Multa de ofício Imposto sobre serviços ("ISS") - 2008 a 2011

Trata-se de processo judicial onde o Banco discute o lançamento de multa de ofício de 50%, nos Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, referente ao ISS de rendas de garantias prestadas do período de 2008 a 2011. A multa foi lançada sobre valores cuja exigibilidade estava suspensa pois vinculados ao Mandado de Segurança onde se questiona a incidência deste tributo. O valor envolvido é de R\$ 13.009.

Encargos Previdenciários ("INSS")

O Banco está se defendendo de autuação para pagamentos de encargos previdenciários, principalmente sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados dos exercícios de 2006 a 2014 no valor de R\$ 270.761.

Compensações não homologadas - COFINS

Pagamento da COFINS sem incidência de multa com base no artigo nº 63 da Lei nº 9.430/96. Aguardando julgamento das manifestações de inconformidade. O valor da exigência monta a R\$ 3.644.

IRPJ/CSSL - Dedução do resultado do período de 2010 de perdas em operações de crédito

Trata-se de cobrança do IRPJ e CSSL referente dedução de perdas em operações de crédito do resultado de 2010. O Banco considerou as perdas como efetivas, porém, o entendimento da Receita Federal é de que ocorreu antecipação dos prazos de dedução previstos na Lei nº 9.430/96. O valor da exigência monta a R\$ 5.258.

Notas Explicativas**IRPJ/CSSL - Dedutibilidade PLR Diretoria do período de 2010 à 2012**

Trata-se de cobrança de IRPJ e CSSL, incidentes sobre dedutibilidade de PLR pagos a diretoria nos exercícios de 2010 a 2012. Aguardando julgamento do caso na esfera administrativa da impugnação ao Auto de Infração. O valor da exigência monta a R\$ 71.938.

PIS - ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Trata-se de Ação Rescisória ajuizada pela União Federal em face de decisão transitada em julgado na qual foi reconhecido o direito à Distribuidora ao não recolhimento da contribuição ao PIS nos períodos de julho de 1997 a dezembro de 1999 nos termos da EC 17/1997. O valor estimado da contingência corresponde a R\$ 1.865.

b) Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017, as ações trabalhistas em andamento classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda provável totalizavam R\$ 10.662 (Nota 25.d). As ações trabalhistas classificadas como perda possível totalizavam R\$ 22.997 e não foram provisionadas.

c) Contingências cíveis

Em 31 de dezembro de 2017, as ações cíveis em andamento classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda provável totalizavam R\$ 1.155 (Nota 25.d). As ações cíveis classificadas como perda possível totalizavam R\$ 2.804 e não foram provisionadas.

d) Movimentação das provisões constituídas:

	Banco e Consolidado		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
No início do exercício	28.076	8.993	960
Constituição / (Reversão)	(14.685)	5.295	195
Baixa	-	(3.626)	-
No final do exercício	13.391	10.662	(b) 1.155 (a)

(a) vide Nota 25.c e (b) vide Nota 25.b

Notas Explicativas

26. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social é representado por 196.554.847 ações nominativas (182.224.529 em 2016) escriturais e sem valor nominal, sendo 99.152.654 ações ordinárias (91.773.827 em 2016) e 97.402.193 ações preferenciais (90.450.702 em 2016).

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram deliberadas pelos acionistas, a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95, os quais são assim resumidos:

Data da deliberação	Juros sobre capital próprio	Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social
27/06/2017	103.319	46.494
22/12/2017	102.877	46.295
Total - 2017	206.196	92.789
27/06/2016	92.648	41.691
26/12/2016	95.857	43.136
Total - 2016	188.505	84.827

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

c) Aumento de capital

Em 26 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou proposta da diretoria para distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 95.857, que representa um valor bruto de R\$ 0,539 por ação ordinária e ação preferencial. Foi deliberada também proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de até R\$ 81.479, mediante a emissão de novas ações, para subscrição privada (subscrição particular) com a utilização de crédito dos juros sobre capital próprio ora distribuídos ou em moeda corrente nacional.

Notas Explicativas

Em 14 de março de 2017, o Conselho de Administração deliberou o aumento de capital no valor de R\$ 81.479, correspondente a emissão de 7.763.572 novas ações, sendo 4.006.308 novas ações ordinárias e 3.757.264 novas ações preferenciais mediante a utilização de juros sobre capital próprio ou integralização em dinheiro, homologado pelo Banco Central do Brasil em 30 de março de 2017.

Em 27 de junho de 2017, o Conselho de Administração aprovou proposta da diretoria para distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 103.319, que representa um valor bruto de R\$ 0,554 por ação ordinária e ação preferencial.

Em 05 de setembro de 2017, o Conselho de Administração deliberou o aumento de capital no valor de R\$ 87.821, correspondente a emissão de 6.566.746 novas ações, sendo 3.372.519 novas ações ordinárias e 3.194.227 novas ações preferenciais mediante a utilização de juros sobre capital próprio ou integralização em dinheiro, homologado pelo Banco Central do Brasil em 18 de outubro de 2017.

Em 22 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou proposta da diretoria para distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 102.877, que representa um valor bruto de R\$ 0,532 por ação ordinária e ação preferencial. Foi deliberada também proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de até R\$ 87.446, mediante a emissão de novas ações, para subscrição privada (subscrição particular) com a utilização de crédito dos juros sobre capital próprio ora distribuídos ou em moeda corrente nacional.

d) Destinação dos lucros

i) Reserva de lucros - Reserva legal

A constituição da reserva legal obrigatória de 5% sobre o lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2017 apresenta o montante de R\$ 20.937 (R\$ 20.328 em 2016).

ii) Reserva de lucros - Equalização de dividendos

Por deliberação dos acionistas, através de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2008, foi aprovada a criação da conta reserva de lucros para equalização de dividendos destinando para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados, limitada a 80% do capital social, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

iii) Reserva de lucros - Recompra de ações

A reserva para recompra de ações é constituída para dar suporte a eventual abertura, após deliberação do Conselho de Administração, de programa de recompra de ações de emissão própria quando condições do mercado indicarem tal conveniência.

Notas Explicativas

e) Ações em tesouraria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com base em autorização do Conselho de Administração para a aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, foram recompradas 633.700 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor total de ações recompradas em tesouraria é de R\$ 36.795 equivalente à 3.169.156 ações preferenciais (R\$ 46.050 equivalente a 4.381.824 em 2016). O custo médio por ação recomprada em tesouraria é de R\$ 11,61.

Movimentações das ações em tesouraria:

	2017	2016
No início do exercício	4.381.824	5.127.842
Recompra	633.700	878.600
Ações entregues	(1.846.368)	(1.624.618)
No final do exercício	3.169.156	4.381.824

f) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

27. Limite operacional - Acordo da Basileia

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2017 apurado com base no Conglomerado Prudencial é de 16,31% (17,82% em 2016). O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que passou a ser de 8,63% em 01 de janeiro de 2018 (9,25% até 31 de dezembro de 2017):

	2017	2016
Risco de crédito	1.911.558	1.840.652
Taxas de juros	71.328	41.443
Commodities	4.110	16.135
Ações	344	27
Risco operacional	117.782	101.208
Cambial	54.014	2.054
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	2.159.136	2.001.519
Patrimônio de Referência - PR	3.807.057	3.612.575
Excesso de patrimônio em relação ao limite	1.647.921	1.611.056

Notas Explicativas

28. Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possuía essa modalidade de acordo. O Banco não possuía ativos mitigados por acordo de compensação em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 31.170 em 31 de dezembro de 2016).

29. Conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido entre BRGAAP e IFRS

Apresentamos a seguir os principais ajustes identificados entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BRGAAP") e o IFRS, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	2017	2016
Patrimônio líquido em BRGAAP	3.284.332	2.893.218
<u>Ajustes IFRS líquido dos impostos:</u>		
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	(a) 91.143	89.220
Provisões sobre fianças	19.903	13.142
Outros ajustes	5.917	(1.459)
Patrimônio líquido em IFRS	3.401.295	2.994.121
Lucro líquido em BRGAAP	418.733	406.557
<u>Ajustes IFRS líquido dos impostos:</u>		
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	(a) 1.924	(244)
Variação cambial sobre investimento no exterior	(b) -	4.874
Obrigações legais (ISS)	-	(24.180)
Provisões sobre fianças	6.760	4.709
Lucro líquido em IFRS	427.417	391.716

a) Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes

Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Banco efetua a provisão para perdas sobre crédito com base na avaliação individual das operações considerando as circunstâncias conhecidas quando desta avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o BRGAAP, que usa regras específicas definidas pelo Banco Central do Brasil para fins do cálculo da provisão.

b) Variação cambial sobre investimento no exterior

De acordo com a Resolução nº 4.524/16 do Banco Central do Brasil, a partir de 01 de janeiro de 2017, os ativos e passivos das subsidiárias passam a ser convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal sendo que as variações cambiais decorrentes das conversões são reconhecidas diretamente no patrimônio, em ajustes de avaliação patrimonial.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e administradores do Banco ABC Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. ("Banco"), identificadas como banco e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco ABC Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco.

1. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, conseqüentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas tecnológicas necessárias ao bom desempenho de suas operações.

Abordagem de auditoria:

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliar na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

2. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas 7 e 8, em 31 de dezembro de 2017 o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 12.095.132 mil, para o qual foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 394.928 mil, sendo que durante o ano de 2017 foi reconhecido, pelo Banco, despesa com créditos de

liquidação duvidosa no montante de R\$ 164.076 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Abordagem de auditoria:

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que substancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos ratings atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados mediante envio de cartas de confirmação, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 7 e 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Avaliação de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados

A avaliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados foi considerada uma área de foco em nossa auditoria, em função da complexidade envolvida no processo de precificação que é substancialmente baseado na utilização de julgamentos e estimativas subjetivas feitas pela Administração e das incertezas inerentes a este processo.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de títulos e valores mobiliários não cotados é de R\$ 2.918.303 mil. Com relação aos instrumentos financeiros derivativos não cotados, o saldo registrado é de R\$ 56.454 mil no ativo e de R\$ 72.420 mil no passivo as divulgações da Companhia estão incluídas na nota explicativa 5.

Abordagem de auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento do processo, metodologia e premissas estabelecidos pela Administração para a precificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados; (ii) testes dos controles chave, incluindo os controles relacionados a definição e aprovação das premissas a serem utilizadas nos modelos de precificação e a forma pela qual essas premissas alimentam esses modelos.

Adicionalmente realizamos, com base em amostragem, os seguintes procedimentos para as operações selecionadas: (i) confirmação de existência através da verificação dos extratos dos órgãos custodiantes e/ou contratos firmados entre as partes; (ii) com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos testes de avaliação e avaliamos as metodologias e premissas utilizadas através da comparação com modelos e fontes de mercado independentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Contabilidade de hedge (Hedge Accounting)

Em 31 de dezembro de 2017 o Banco possui estrutura de Hedge Accounting para cobertura de riscos decorrentes de variações cambiais de parcelas relativas a dívidas subordinadas e obrigações por repasses no exterior, nos montantes de R\$ 234.728 mil e R\$ 215.916 mil, respectivamente, que representam aproximadamente 2% do passivo do Banco. Essa área foi considerada significativa em nossa auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos, da complexidade dos critérios requeridos para a contabilização e por envolver premissas e julgamentos feitos pela Administração na precificação dos itens objetos de Hedge e dos instrumentos financeiros derivativos relacionados. As divulgações da Companhia sobre a estrutura de Hedge Accounting estão incluídas nas notas explicativas 2, 5, 15 e 16.

Abordagem de auditoria:

Nossa abordagem incluiu, além de verificação da suficiência na documentação elaborada pela Administração do Banco para atendimento aos critérios da Circular no. 3082/02 do Banco Central do Brasil, testes, com base em amostragem e com o auxílio de nossos especialistas, nas estruturas de Hedge Accounting, considerando testes de avaliação das transações e avaliação das

premissas e modelagens utilizadas. Também avaliamos o resultado dos testes de efetividade da estrutura de Hedge Accounting documentado pela Administração.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de contabilidade de hedge da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins de práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria do Banco e suas controladas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 5 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O-6

Renato Nantes
Contador CRC-1RJ115529/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, as pessoas que ao final subscrevem, na qualidade de Diretores do Banco ABC Brasil S.A., companhia aberta listada no Nível 2 de Governança Corporativa (Código ABCB4), DECLARAM, através da presente, que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2018.

Anis Chacur Neto
Diretor Presidente

Sérgio Ricardo Borejo
Diretor Vice-Presidente Administrativo

Leila Maria de Carvalho Rocha
Diretora

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, as pessoas que ao final subscrevem, na qualidade de Diretores do Banco ABC Brasil S.A., companhia aberta listada no Nível 2 de Governança Corporativa (Código ABCB4), DECLARAM, através da presente, que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. quanto às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2018.

Anis Chacur Neto
Diretor Presidente

Sérgio Ricardo Borejo
Diretor Vice-Presidente Administrativo

Leila Maria de Carvalho Rocha
Diretora